

**POTENCIALIDADES E BARREIRAS PARA A ADOÇÃO DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS POR ASSENTADOS  
DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE**

**CYNARA MARTINS SANTANA**

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.”

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
JULHO – 2014**

**POTENCIALIDADES E BARREIRAS PARA A ADOÇÃO DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS POR ASSENTADOS  
DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE**

**CYNARA MARTINS SANTANA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO – UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES  
JULHO – 2014**


POTENCIALIDADES E BARREIRAS PARA ADOÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) POR ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE.

CYNARA MARTINS SANTANA

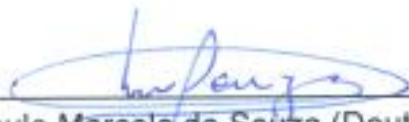
"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais".

Aprovado em: 17/07/2014

Comissão Examinadora



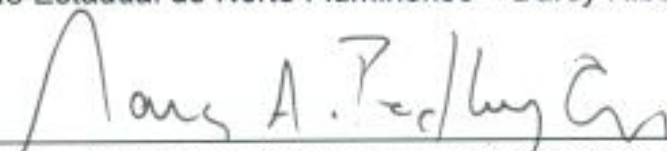
Prof. Dr. Marco Antonio Sampaio Malagodi (Doutor em Psicologia Social)  
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza (Doutor em Economia Aplicada)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense- Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Nivaldo José Ponciano (Doutor em Economia Aplicada)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski (Doutor em Planejamento Regional).  
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

A Deus, aos anjos e santos, Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora Desatadora dos Nós, à Providência Divina, ao Santíssimo Salvador, ao Santo Expedito, Santa Terezinha que me deram saúde, força e coragem para concretizar esta etapa em minha vida.

A minha mãe, pela fé e coragem que me fez sempre acreditar nos meus sonhos. Ao meu pai e minha Tia Joana *in memoriam*, pelo exemplo de dedicação à família.

Aos meus irmãos: Cida e Raimundo pelo apoio sempre que preciso. A Valéria e a Mônica pelas conversas, risadas e atenção sempre que eu ligo. A Otília por me ajudar nos momentos difíceis. Ao Toni pelas longas conversas, risadas e por ter despertado em mim interesse pela área acadêmica. A Cristina pelo carinho quando estou em Januária. Ao Paulo, pela ajuda na coleta de material bibliográfico para esta dissertação despertando cada vez mais o meu interesse pela pesquisa. Dênis pelo incentivo desde quando estudávamos na UFRRJ. A Nélia pelo apoio durante esses anos de estudo na UFRRJ e UENF. A Regina pelo carinho, apoio e interesse mesmo a distância. Aos meus cunhados e cunhadas: Ronaldo, Dominique, Darci, Vera e Manuela. Em especial ao Jovelino por sempre me receber em sua casa.

Aos meus sobrinhos (as): Márcia, Ana Paula, Isabella, Melissa, Emillie, Pedro e ao meu afilhado Marco Antônio. Aos meus tios e primos. Em especial aos primos Wagner e Jailton pelo carinho e apoio oferecidos a minha família. Enfim, pessoas especiais que me proporcionaram aprendizado e apoio incondicional para a realização desta dissertação, cada uma a sua maneira, e a cada dia tenho orgulho de fazer parte desta família que tanto amo. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Meu Orientador, Marcos Antonio Pedlowski, pela dedicação à pesquisa acadêmica, por ter me ensinado que o trabalho acadêmico exige trabalho árduo, responsabilidade e superação das nossas dificuldades. Muito obrigada! Pela paciência, pelas sugestões e principalmente pela confiança para realizar esta dissertação.

As minhas amigas Maricélia e Ludmilla pelas conversas mesmo a distância, compartilhando comigo os momentos de alegrias, tristezas e angústia desde os anos de estudo na UFRRJ.

As amigas que fiz em Campos dos Goytacazes, Dona Nélia e a Lúbia pela amizade, carinho e apoio nesta minha estada na cidade de Campos dos Goytacazes. Sabrina e Thaisa pela amizade. Ao Felipe pelo carinho, risadas e no auxílio nas transcrições, muito obrigada!

Aos colegas do Laboratório SESMA/LEEA: Kíssila, Felipe Medeiros, Felipe Duarte pelo convívio e aprendizado. Em especial ao Diego pela calma, paciência em ajudar nos trabalhos acadêmicos e também durante a coleta de dados nos assentamentos. Ao Vinicius pelos conselhos e principalmente pelo auxílio nos momentos de desespero. Ao colega João do curso de Agronomia/UENF pela ajuda durante o trabalho de campo, e também as novas integrantes do laboratório Júlia, Evelin e Juliana, obrigada pela ajuda no dia da minha defesa.

Aos professores que compuseram a banca de avaliação: Marco Antônio Sampaio Malagodi, Paulo Marcelo de Souza e Nivaldo José Ponciano, pelas sugestões e críticas fundamentais para composição do trabalho final.

Aos assentados pela contribuição essencial para realização desta dissertação em especial a Renilda Ramos, Hermes Cipriano e Davi Ramos. Ao colega João pela ajuda, interesse e durante o trabalho de campo.

Aos representantes públicos dos Municípios de Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira por terem concedido as entrevistas para composição desta dissertação.

A FAPERJ pela concessão da bolsa indispensável para a realização desta pesquisa.

A UENF pelos excelentes professores do Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais agradecimento especial aos professores Rodrigo, Hernán e o Mauro pela atenção, apoio e sugestões que foram essenciais para concretização desta dissertação. Aos motoristas da universidade, pela ajuda nas idas aos assentamentos durante o trabalho de campo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>3</b>
1.1 Campesinato e o papel da agricultura familiar na sua persistência .....	3
1.2 Impactos da modernização conservadora da agricultura.....	6
1.3 A persistência da questão agrária no Brasil e o papel da reforma agrária na sua resolução.....	8
1.4 Reforma agrária e a busca por segurança alimentar em meio à difusão dos postulados da Revolução Verde.....	11
1.5 As principais ações do Estado brasileiro para garantir a segurança alimentar e nutricional a partir da década de 1970 .....	13
1.6 Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: a constituição do Programa de Aquisição de Alimentos.....	16
1.6.1 Os principais mecanismos de execução do PAA.....	18
1.6.2 Formas de operacionalização do PAA .....	21
1.6.3. Montante dos investimentos no PAA desde a sua criação.....	22
1.7 Justificativas do estudo .....	24
<b>CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
2.1 Descrição dos assentamentos estudados .....	26
2.1.1 Instrumentos utilizados na coleta de Dados e Amostragem .....	30
2.1.2 Procedimentos Analíticos .....	31
2.1.3 Questionários.....	32
2.1.4 Entrevistas .....	32
<b>CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>33</b>
3.1 A importância da organização interna para a luta pela terra .....	33
3.2 Esforços dos assentados para viabilizar a comercialização da produção agrícola ..	38
3.3 Relação conflituosa com o poder público municipal .....	41
3.4. Formas de venda da produção agrícola e os problemas causados pela dependência em relação a atravessadores .....	43
3.5 O PAA e sua importância e as principais limitações para sua inserção nos assentamentos.....	45
3.5.1. As dificuldades enfrentadas pelos assentados na prática do associativismo incentivado pelo PAA. ....	48
3.5.2 Condições dos assentados fornecerem alimentos as instituições ligadas do PAA	49

3.5.3 As dificuldades existentes para a adoção de práticas agroecológicas sugeridas pelo PAA.....	50
3.6 O papel do poder público municipal na viabilização do PAA dentro dos assentamentos.....	51
3.6.1. Gestores públicos e as ações em curso para fortalecer os processos de produção e comercialização nos assentamentos de reforma agrária .....	51
3.6.2 A Lei para compra de gêneros alimentícios destinados à rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes-RJ.....	53
3.6.3 Esforços em nível de governo para melhorar a execução do PAA e do PNAE em Campos dos Goytacazes.....	55
<b>CAPITULO 4 - AS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E BARREIRAS DOS ASSENTADOS NO ACESSO AO PAA .....</b>	<b>58</b>
4.1 Aspectos demográficos .....	58
4.2 Principais aspectos da organização social nos assentamentos rurais.....	61
4.3 Formas de trabalho e a questão da assistência técnica nos assentamentos .....	62
4.4 Os problemas em torno da comercialização da produção agrícola dos assentamentos do Norte Fluminense .....	64
4.5 Conhecimento sobre o PAA e principais barreiras e oportunidades para engajamento dos assentados na sua execução .....	66
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO IV .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO V .....</b>	<b>96</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Modalidades do PAA seus objetivos e características principais.....</b>	<b>20</b>
<b>Tabela 2 - Recursos investidos no Programa de aquisição de alimentos (2003-2010). .....</b>	<b>23</b>
<b>Tabela 3 - Comparação de investimentos MDS e MDA para o PAA.....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 4 - Tamanho das amostras por assentamento estudado. ....</b>	<b>31</b>
<b>Tabela 5 - Organizações coletivas existentes no assentamento. ....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 6 - Estratégias adotadas pelos assentados para melhorar o desempenho econômico nos assentamentos. ....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 7 - Esforços realizados pelos assentados para comercializarem a produção agrícola. ....</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 8 - Principais destinos da produção agrícola dos assentamentos.....</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 9 - Importância do PAA para os assentamentos rurais. ....</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 10 - Dificuldades enfrentadas pelos assentados para praticar o associativismo.....</b>	<b>48</b>
<b>Tabela 11 - Razões apontadas pelos assentados para participar do PAA (%). ...</b>	<b>69</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Principais ações das políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Fonte: Autora (2014).</b> .....	<b>17</b>
<b>Figura 2 - Mapa mostrando em destaque a localização dos assentamentos Francisco Julião, Zumbi dos Palmares, Antônio de Farias, Ilha Grande e Che Guevara em relação aos outros assentamentos do Norte Fluminense.</b> .....	<b>27</b>
<b>Figura 3 - Composição de gênero dos entrevistados por assentamento (%).</b> .....	<b>58</b>
<b>Figura 4 - Composição etária dos entrevistados por assentamento (%).</b> .....	<b>59</b>
<b>Figura 5 - Nível de escolaridade dos assentados.</b> .....	<b>59</b>
<b>Figura 6 - Renda média das famílias assentadas.</b> .....	<b>60</b>
<b>Figura 7 - Avaliação das ações das associações por assentamento (%).</b> .....	<b>61</b>
<b>Figura 8 - Formas de trabalho na lavoura.</b> .....	<b>62</b>
<b>Figura 9 - Instituições que oferecem assistência técnica nos assentamentos estudados (%).</b> .....	<b>63</b>
<b>Figura 10 - Principais locais de venda da produção dos assentamentos estudados (%).</b> .....	<b>64</b>
<b>Figura 11 - Grau de satisfação dos assentados com o resultado da produção agrícola (%).</b> .....	<b>65</b>
<b>Figura 12 - Nível de conhecimento do PAA entre os agricultores dos assentamentos Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande (%).</b> .....	<b>66</b>
<b>Figura 13 - Possibilidade do PAA melhorar a renda mensal dos assentados.</b> ....	<b>68</b>

## ÍNDICE DE SIGLAS

- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CEASA** - Centrais Estaduais de Abastecimento
- CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPESCAMP** - Cooperativa dos Assentados de Campelo e Região
- COOPERAR** - Cooperativa de trabalho em assessoria a empresas sociais de assentamentos da Reforma Agrária
- DHAA** - Direito Humano á alimentação Adequada
- DAP** - Declaração de Aptidão ao Pronaf
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO** - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FUNAI** - Fundação Nacional do Índio
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INAN** - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
- IFF** - Instituto Federal Fluminense
- LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
- MST** - Movimento dos trabalhadores sem Terra
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PDA** - Plano de Desenvolvimento de Assentamento
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNSA** - Política Nacional de Segurança Alimentar
- PRONAF** - Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONAN** - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
- SDR** - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
- SESCOOP** - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

**SISAN** - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

**SISPAA** - Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

**SISVAN** - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

**UADAF** - Unidade de Apoio a Agricultura Familiar

# POTENCIALIDADES E BARREIRAS PARA A ADOÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS POR ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

CYNARA MARTINS SANTANA

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

A agricultura familiar camponesa é considerada uma das principais responsáveis pelo abastecimento alimentar da população brasileira, em decorrência deste fator, passa a ser reconhecida pelo governo federal como categoria social na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Diante deste contexto, o governo passa a adotar diversas políticas públicas no meio rural. Dentre os instrumentos utilizados, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003. Esse programa passou a ser de extrema relevância para a agricultura familiar, devido à diminuição de um dos seus principais problemas que é a comercialização da produção agrícola, além de assegurar trabalho e renda no campo. O objetivo deste estudo se concentra em analisar o funcionamento do PAA, e como esta política se insere nos assentamentos, e as possíveis causas que impedem a sua realização nessas áreas rurais. Outro aspecto estudado foram os mecanismos de comercialização agrícola utilizados pelos assentados e seus impactos sobre o PAA. A área de estudo compreende três assentamentos de Reforma Agrária localizados na região Norte Fluminense. Neste sentido, a metodologia utilizou elementos de caráter quantitativo e qualitativo. Os resultados apontam que os assentados reconhecem a importância do PAA, enquanto política pública capaz de estimular a comercialização agrícola nos assentamentos rurais e gerar renda, pois oferece um dos meios pelo qual melhoraram a produção agrícola e diminuiu um dos principais problemas que afeta os assentamentos rurais que é a comercialização da produção agrícola. Neste contexto, os assentados enfrentam uma série de dificuldades em relação ao acesso ao programa agravadas pela negligência dos órgãos públicos responsáveis por auxiliar no acesso ao PAA. Esta situação compromete o êxito do PAA nos assentamentos de Reforma Agrária.

**Palavras-chaves:** Reforma agrária, Segurança Alimentar, Políticas Públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

# **THE POTENTIAL AND BARRIERS REGARDING THE ADOPTION OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM FOR SETTLERS OF AGRARIAN REFORM IN THE NORTE FLUMINENSE**

**CYNARA MARTINS SANTANA**

**Advisor: Prof. Marcos A. Pedlowski**

The peasant family farming is considered one of the most important means of food supply for the Brazilian population, and due to this fact it was federally recognized as a social category in 1990, with the creation of (Pronaf). Against this background the government has adopted different policies for rural areas, among them the Food Acquisition Program (PAA), created in 2003. The Food Acquisition Program has extreme relevance to family farming, due to addressing one of its main problems, which is the marketing of agricultural produce, besides ensuring rural jobs and income. This study focuses on analyzing the functioning of the PAA, and how this policy fits in the settlements, and the factors that may prevent it from achieving success in agrarian reform settlements. Another aspect studied was the agricultural marketing mechanisms used by the settlers and their impact on the PAA. The study area comprises the three settlements of Agrarian Reform located in the North Fluminense Region. In this sense, the methodology used elements of a quantitative and qualitative nature. The results show that the settlers recognize the importance of the PAA and see it as a public policy instrument that can stimulate the commercialization of agricultural products in rural settlements and generate income, for it offers a means for improved agricultural production and diminishes one of the main problems affecting rural settlements, which is the marketing of agricultural produce. In this context, however, the settlers face a number of difficulties in relation to access to the program aggravated by neglect of public agencies responsible for assisting in accessing the PAA. This situation compromises the success of the PAA in Agrarian Reform settlements.

**Keywords:** Agrarian Reform, Food Security, Public Policies, Food Acquisition Program (PAA).

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Agricultura no interior do Capitalismo promoveu o surgimento de dois modos distintos de produção: a agricultura camponesa e a capitalista, sendo ambas consideradas por alguns autores como contendo resquícios das relações de produção vigentes desde o sistema feudal (OLIVEIRA, 2007). Neste sentido, a penetração das relações de produção capitalista no campo provocou a perda dos meios de produção por parte do agricultor camponês que se viu obrigado a se tornar integrado ao mercado como mão de obra, ainda que em níveis variados (OLIVEIRA, 2007). Entretanto, o avanço do Capitalismo no campo também permitiu a existência de formas não capitalistas no campo. Deste modo, a persistência do campesinato termina por expressar uma de resistência ao avanço do capitalismo na produção agrícola (OLIVEIRA, 2007).

Diante deste contexto de transformações impostas pelo Capitalismo na agricultura mundial, no caso brasileiro, mudanças estruturais profundas vêm ocorrendo desde meados do Século XX. Nesse sentido, Fernandes (2001) afirma que as formas de resistência dos trabalhadores e a implantação dos assentamentos rurais frente à intensificação fundiária se inserem num intenso debate acerca dos diferentes projetos para o desenvolvimento do campo, sendo a realização da reforma agrária umas das opções que poderiam ser adotadas para promover a modernização do campo e a diminuição das profundas desigualdades sociais que persistem no Brasil. Contudo, a realização da reforma agrária tem sido caracterizada por uma série de problemas políticos e socioeconômicos. Esta situação impõe a necessidade da criação e execução de políticas públicas que ampliem o acesso da agricultura camponesa a programas de estímulo ao desenvolvimento rural.

Um aspecto particularmente importante da agricultura familiar camponesa é que esta desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, pois se baseia na produção diversificada de alimentos (CONSEA, 2004). Em função disso, uma série de políticas públicas vem sendo implantada pelo governo federal com o objetivo de diminuir a fome e possibilitar a geração de trabalho e renda no campo, com o intuito de fortalecer a agricultura familiar. Uma dessas políticas é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) cujo principal objetivo seria garantir a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, através do estabelecimento de preços regulados pelo

mercado do de forma indireta, com a garantia de compra para o abastecimento de redes de proteção e promoção social. Deste modo, a presente dissertação visa contribuir para o entendimento de como a implantação do PAA vem se dando no âmbito do processo de reforma agrária que está ocorrendo na Região Norte Fluminense a partir das ocupações de terra organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir de 1997. O principal objetivo desta pesquisa foi realizar uma análise sobre o funcionamento do PAA, e verificar como está se dando sua execução no âmbito dos assentamentos de reforma agrária, buscando entender quais são os principais empecilhos que poderiam estar dificultando o acesso dos agricultores assentados a esta política pública.

A dissertação está estruturada em três capítulos descritos a seguir: no Capítulo 1 é apresentada uma breve revisão teórica sobre o campesinato e a agricultura familiar. Deste modo, a discussão se concentra em aspectos do debate clássico sobre o desaparecimento do campesinato e as causas de sua permanência no campo, bem como a luta contra o avanço capitalista na agricultura que resultou num processo de mobilização pela reforma agrária e também por políticas públicas direcionadas à agricultura familiar como o Programa de aquisição de alimentos (PAA).

O Capítulo 2 traz a descrição dos instrumentos de pesquisa e as áreas de estudo buscando descrever as principais características de cada instrumento, o procedimento para armazenar as informações obtidas, e também como foi feita a análise das informações. Já as áreas de estudo forma descritas informações em relação às principais características ambientais e socioeconômicas.

No Capítulo 3 é feita a análise dos resultados obtidos. Neste sentido, foi feita a análise das variáveis contidas nas oito entrevistas feitas junto aos líderes assentados e também aos três representantes públicos dos municípios de Campos e Cardoso Moreira. Nas análises junto às lideranças dos assentamentos, as variáveis estudadas centram-se nas questões em torno da organização social, aspectos produtivos, comercialização agrícola, e também sobre o conhecimento acerca do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a sua importância para os assentamentos rurais.

As análises com os gestores públicos se concentraram nos aspectos relacionados a algumas variáveis contidas no roteiro de entrevistas que são

referentes às ações dos gestores públicos nos assentamentos rurais estudados tais como: infraestrutura, apoio para as organizações formais, conhecimento.

No Capítulo IV, são feitas as discussões relacionadas aos dados obtidos com a aplicação dos questionários nos assentamentos estudados, sendo as principais variáveis analisadas: gênero, renda, escolaridade, aspectos sobre a organização social, aspectos sobre a produção agrícola e comercialização da produção nos assentamentos e também o conhecimento sobre o programa de aquisição de alimentos e sua relevância na melhoria da renda para os assentados. E, finalmente, as principais conclusões que o estudo em questão permitiu alcançar baseadas nas informações junto às lideranças assentadas e aos gestores públicos.

## **CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA**

Este capítulo discorre sobre o debate marxista acerca do campesinato bem como o avanço do capitalismo no campo desde o processo da modernização conservadora da agricultura, que resultou também na luta pela reforma agrária pelos camponeses, e permitiu a criação de diversas políticas públicas destinadas à melhoria da comercialização da produção agrícola dos agricultores familiares camponeses. Dentre as ações públicas para estimular a comercialização agrícola, está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerado um dos principais instrumentos utilizados pelo governo no estímulo à comercialização agrícola e também na garantia da segurança alimentar e nutricional para as populações rurais.

### **1.1 Campesinato e o papel da agricultura familiar na sua persistência**

Diferentes autores apontam que o campesinato possui características distintas em relação ao modo de produção capitalista, o que implica num processo de resistência em relação às suas formas dominantes de produção e reprodução. Este processo poderia então levar tanto ao seu desaparecimento como à sua persistência, ainda que de forma subordinada. Um exemplo dessa tensão é dado por Abramovay (2007) quando resgata as considerações de Lênin de que o campesinato desapareceria devido à sua incapacidade de se manter fora das relações capitalistas ancoradas no processo de assalariamento. Ainda no campo da teoria marxista sobre o destino do campesinato, Karl Kautsky concentrou sua análise no fato de que o



campesinato através das relações entre a agricultura e a indústria poderia contribuir para o processo de industrialização da agricultura, o que também levaria ao seu paulatino desaparecimento (ABRAMOVAY, 2007).

Por outro lado, Nicolay Chayanov postulava que o campesinato não desapareceria, por possuir uma identidade social própria, o que geraria formas autônomas de sobrevivência dentro do capitalismo (Chayanov, 1983). Outro aspecto relevante no pensamento de Chayanov era a constatação de que os camponeses não tinham como objetivo principal a obtenção do lucro e da acumulação, pois a principal finalidade da unidade camponesa seria garantir a reprodução familiar e da propriedade, no mesmo tempo de espaço de produção e consumo. Na visão de Chayanov, o camponês ajustava a quantidade de trabalho despendido ao esforço de garantir o sustento da unidade familiar, podendo assim variar para mais ou menos, o que colocaria a produção camponesa numa posição autônoma dentro do capitalismo (TESCHE, MACHADO, 2012). Já para Guzmán e Molina (2013), uma contribuição importante de Chayanov era sua constatação de que no interior do Capitalismo há uma persistência de formas não capitalistas de produção, o que implicaria na persistência do campesinato, ainda que em circunstâncias diferenciadas do período feudal.

Em relação a este debate clássico em relação ao destino do campesinato, Abramovay (2007) sugere que o campesinato persiste ainda que de forma modificada principalmente no que veio a ser denominada de agricultura familiar. Entretanto, Abramovay (2007) aponta que o agricultor familiar está cada vez mais dependente da integração aos mercados, diferente do que acontecia na agricultura camponesa pré-capitalista. Nesse sentido, o campesinato é uma forma de vida, e quanto mais interage com o mercado acaba sofrendo influência da sociedade capitalista, estando fadado ao desaparecimento e a tornar-se uma agricultura familiar totalmente mercantilizada. A razão pela qual houve separação entre agricultura camponesa e agricultura familiar foi o processo de incorporação aos mercados. Este processo de integração aos mercados transformou o modo de negociação para fora da porteira, e provocou a integração dos agricultores familiares ao sistema capitalista (PLEIN e FILIPPI, 2011). A influência da modernização da agricultura trouxe como consequência o aumento na escala de produção, ao mesmo tempo reduziu a absorção de trabalho agrícola, bem como provocou uma maior

intensificação produtiva por meio da tecnologia, e diminuiu as práticas produtivas baseadas no trabalho (PLOEG, 2006).

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura familiar camponesa<sup>1</sup> se concentra na junção da família e do trabalho no processo de produção, em que estes fatores influenciariam nas formas de inserção das diferentes unidades produtivas na economia e na sociedade. Assim sendo, a agricultura familiar viria a ser uma das formas de persistência da agricultura familiar camponesa<sup>1</sup> por constituir-se sobre o uso coletivo da terra e por estar ancorada no trabalho familiar. A base dessa estrutura estaria concentrada em dois aspectos básicos: a necessidade de prover o sustento da família de forma imediata, ou seja, priorizar a alimentação do grupo doméstico, e de reproduzir suas ações nas gerações futuras. A junção desses dois aspectos determinaria então o modelo de produção e o foco na constituição das relações familiares. Assim sendo, as relações familiares camponesas envolvem questões relacionadas ao futuro da unidade familiar, pois a base da associação camponesa consiste na relação entre família, produção e trabalho, e possui como principal intuito o fato de que o investimento feito na unidade de produção poderá ser repassado aos futuros membros da família, possibilitando assim o processo de reprodução. Segundo Felício (2006), a agricultura familiar possui ainda características que promovem o surgimento de debates que envolvem questões de aspectos ecológicos e sociais, dentre eles se destaca a reforma agrária. Desse modo, este conceito estaria diretamente ligado à persistência do campesinato, uma vez que a família, ao possuir os meios de produção, torna-se também responsável pelo trabalho em seu estabelecimento de produção.

No Brasil, nos anos recentes surgiram distintas interpretações em relação aos estudos rurais e as práticas familiares de produção, tanto no campo analítico, quanto teórico (SCHNEIDER, 2006). No entanto, o estudo da agricultura familiar ainda necessita de uma análise mais profunda para que se possam entender as variadas formas sociais que a mesma possui. Nesse sentido, o estudo da agricultura familiar deveria iniciar pela organização do trabalho e das práticas produtivas que envolvem aspectos ligados à natureza, como também às ações empreendidas para a interação

---

<sup>1</sup> Para Martins (2000) o camponês possui um modo de vida aliado à família, à comunidade e ao trabalho. Por outro lado, busca conciliar a sua inserção no mercado conservando seus valores tradicionais. Outro estudo baseado na cultura camponesa está em Chaynov (1983).

com o meio social e econômico, bem como os aspectos culturais e simbólicos que determinam suas relações familiares e seus múltiplos mecanismos de ação política (SCHNEIDER, 2006).

As explicações sobre a noção de agricultura familiar no contexto brasileiro resultam das ações de um movimento que interliga fatores sociais, políticos e intelectuais (SCHNEIDER, 2006). Em relação ao fator social, a forma familiar de produção agrícola foi colocada no debate após mobilizações organizadas pelo movimento sindical rural no início da década de 1990, tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ocupado um papel de destaque. Entretanto, surgiram outras formas de representação social dos agricultores familiares, incluindo aquelas que lutam exclusivamente em prol da identidade da agricultura familiar como a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) um expoente deste esforço de manutenção da identidade social da agricultura familiar. No aspecto político, a agricultura familiar adquiriu um novo status de reconhecimento na esfera do Estado a partir da criação em 28 de junho de 2006 do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2006).

Do ponto de vista intelectual, a visibilidade foi alcançada a partir da realização de estudos que tratavam e reconheciam como sendo parte da agricultura familiar àquelas propriedades rurais que não utilizavam mão de obra paga e dependiam diretamente da mão de obra familiar, o que é justamente o contrário daquilo que ocorre com os grandes estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2006).

## **1.2 Impactos da modernização conservadora da agricultura**

O conceito de modernização conservadora foi usado inicialmente por Barrington Moore Junior ao analisar as revoluções burguesas que ocorreram na Alemanha e Japão. Este processo resultou num acordo entre a classe comercial e industrial com a aristocracia fundiária, pois mantiveram na estrutura da sociedade elementos estruturais do antigo regime. Desta forma, os arranjos políticos realizados no Japão e na Alemanha consolidaram as relações existentes entre os grandes proprietários de terra e a burguesia, excluindo os direitos democráticos dos proletariados e dos camponeses (PIRES, 2009).

Em linhas gerais, a modernização conservadora caracterizou a fragilidade da burguesia frente à classe dos proprietários rurais, que mesmo sendo fruto da revolução capitalista não conseguiu interromper relações com os grandes proprietários de terra. Deste modo, houve um pacto político entre os grandes proprietários rurais e a burguesia que culminou em um projeto capitalista, porém manteve arraigada uma cultura de dominação que resultou na manutenção dos interesses dos proprietários rurais junto ao poder do Estado (PIRES, 2009).

O intenso processo de industrialização ocorrida nos países centrais provocou mudanças no modo de pensar a agricultura pela sociedade, esta passa a ser vista como um setor ultrapassado no aspecto socioeconômico, tecnológico e cultural. (BUAINAIN e GARCIA, 2013). Nesse sentido, o papel da agricultura passa a ser limitado em relação ao processo de desenvolvimento econômico capitalista, pois se torna mera fornecedora de insumos para áreas industriais, basicamente alimentos e mão de obra, ao mesmo tempo em que fornecia matéria-prima essencial para o funcionamento das indústrias. Neste contexto de intensa transformação econômica, os agricultores familiares que forneciam a produção de alimentos básicos passaram a ser considerados como um grupo de pouca significação para o processo de desenvolvimento, visto que organizavam suas atividades agrícolas com fins para subsistência, mas continuavam carentes de novas tecnologias, e vendendo o excedente da produção.

Esta imagem de atraso da agricultura começou a ser mudada pela difusão do modelo tecnológico da Revolução Verde no que seria um intenso processo de introdução de tecnologia voltada para modernizar as atividades agrícolas a partir da adoção de uma forma de produção semelhante aos processos industriais (BUAINAIN e GARCIA, 2013). Esta forma de modernização da agricultura se consolidou no Brasil a partir de meados de 1960, com características conservadoras, pois a estrutura da propriedade da terra continuou inalterada, mantendo-se assim a forte concentração fundiária. Nesse sentido, no Brasil esta forma de modernização da agricultura favoreceu principalmente os grandes proprietários rurais. O fato é que os grandes proprietários foram os principais beneficiários dos pacotes de incentivos tecnológicos associados à Revolução Verde, devido ao alto custo para empregar as novas tecnologias, bem como aos critérios de adesão que exigiam uma escala mínima de produção. Outro aspecto dos efeitos da modernização conservadora,

nome pelo qual esse processo acabou sendo denominado, se referiu às características heterogêneas nos sistemas de produção, principalmente dos pequenos estabelecimentos agrícolas, o que tornou difícil realizar um único padrão tecnológico. Desta forma, a modernização conservadora contribuiu para criar uma diferenciação tecnológica entre os distintos segmentos de estabelecimentos agrícolas, o que fez com que pequenos agricultores fossem rotulados de atrasados e sem capacidade de inovar (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Por outro lado, Leite e Ávila (2007) afirmam que a modernização conservadora da agricultura nos países da América Latina, em especial no Brasil, permitiu que o setor agrícola, principalmente o grande latifúndio, tivesse maior acesso aos créditos agrícolas e incorporasse novas técnicas de insumos modernos, resultando na tecnificação e mecanização do campo. Deste modo, a partir deste processo de integração vertical houve a submissão da agricultura desses países aos modernos circuitos de comercialização. Leite e Ávila (2007) afirmam ainda que essa transformação da base técnica da agricultura em parceria com a indústria produtora de insumos de bens de capital possibilitou o surgimento do complexo agroindustrial ou *agribusiness*, passando a agricultura a estar diretamente ligada aos interesses da indústria.

### **1.3 A persistência da questão agrária no Brasil e o papel da reforma agrária na sua resolução**

De acordo com Fernandes (2001), a questão agrária constitui um aglomerado de problemas relacionados ao desenvolvimento da agropecuária e à forma de luta dos trabalhadores pela terra. Fernandes afirma ainda que, ao longo da história, a questão agrária se configura de forma diversa devido aos diferentes estágios em que o Capitalismo se apresenta. Deste modo, os problemas que envolvem a questão agrária são referentes à posse da terra, mais especificamente, à concentração fundiária; à expulsão dos camponeses das terras que ocupam; à luta e resistência dos camponeses e trabalhadores rurais no campo, bem como à violência a que são submetidos; às dificuldades de produzir alimentos; à segurança alimentar e nutricional; às formas de desenvolvimento da agropecuária e à tecnologia empregada e também às políticas direcionadas ao campo.

Segundo Oliveira (2001), a forma de distribuição e acesso à terra no Brasil é desigual. Isto se deve à forma de divisão de terras no período da colonização portuguesa com as capitanias hereditárias e os donatários, e em seguida as sesmarias, sendo essas as grandes responsáveis pela origem dos latifúndios. A partir da independência do Brasil, permitiu-se ao Estado brasileiro facilitar o acesso à terra, por meio da posse, ocorrendo a possibilidade de legalizar extensas faixas de terras. Por outro lado, com a Lei de Terras de 1850, adquirir terras tornou-se possível apenas por meio da compra ou venda somente com pagamento em dinheiro, o que provocou uma série de graves entraves para que camponeses pobres pudessem obter acesso à propriedade da terra. A persistência dessa herança colonial no tocante à propriedade da terra é que estaria na base das fortes desigualdades sociais existentes no Brasil. Nesse sentido, Miralha (2006) argumenta que desigualdade social no Brasil é diretamente ligada à forte concentração da propriedade da terra. Esse processo de desigualdade associado à forte concentração da terra implicou em persistentes conflitos entre camponeses sem terra e grandes proprietários. Assim sendo, Reis (2012) afirma que as Ligas Camponesas surgidas em meados de 1950, foram alvo de forte perseguição justamente por demandar um processo de democratização na distribuição da terra. A influência das Ligas Camponesas acabou servindo como um dos pretextos para a realização do Golpe Militar de 1964, e o regime autoritário passou a adotar medidas para sufocar as demandas que estavam na base de sua criação e disseminação. Por outro lado, para tentar dar uma fachada de que estava procurando resolver os problemas existentes no campo brasileiro, o regime militar promulgou o chamado Estatuto da Terra através da Lei 4.504 de 1964. Em tese, o estatuto assegurava os direitos de quem arrendava e de quem trabalhava, bem como a concepção da função social que a terra exerce, uma vez que esse fator serviria para que houvesse desapropriações no sentido de garantir a reforma agrária no país. Entretanto, não houve ações concretas por parte do governo militar no tocante à democratização da propriedade da terra, devido à influência política dos grandes fazendeiros em conjunto. Pelo contrário, os governos militares concentraram suas ações no estímulo à modernização conservadora do campo que teve como consequência a produção de um número significativo de camponeses sem terra aumentando ainda mais a concentração de terras (REIS, 2012).

O paulatino enfraquecimento do regime militar acabou possibilitando o retorno da mobilização de camponeses e trabalhadores rurais e seus esforços pela democratização do acesso à posse da terra. (MEDEIROS e LEITE, 1999). Segundo Medeiros e Leite (1999), a partir da retomada da sua organização política, os camponeses brasileiros passaram a lutar contra as péssimas condições de vida que foram seriamente agravadas pelo processo de modernização conservadora. Diante deste contexto as dificuldades enfrentadas pelos camponeses possibilitaram o aumento da participação política dos mesmos, e provocou a ocorrência de importantes mobilizações ao longo da década de 1980. O destaque da organização social no processo de luta pela terra no Brasil foi o surgimento, em 1985, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que rapidamente começou a liderar ações para que houvesse a constituição de assentamentos de reforma agrária. Para Fernandes (2001), o processo de consolidação do MST se fez por meio de socialização política, principalmente nas periferias das cidades (MEDEIROS e LEITE, 1999). Para Fernandes (2001), o MST pôde, com o apoio de outros diferentes segmentos da sociedade brasileira, fortalecer a luta pela Reforma Agrária. De forma adicional, Martins (2000) aponta que, além do MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também cumpriu um papel importante no esforço de recolocar a questão da reforma agrária enquanto uma reivindicação legítima e que merecia atenção do Estado Brasileiro.

A partir do crescimento da organização de camponeses e trabalhadores rurais sem terra é que houve uma retomada no processo de discussão sobre a necessidade da realização de uma ampla reforma da estrutura agrária brasileira. Para Bergamasco e Norder (1996), a reforma agrária pode ser considerada como uma das alternativas para diminuir os níveis da pobreza, tanto rural como urbano. Entretanto, Bergamasco e Norder (1996) notam que a realização da reforma agrária durante o período de mudança democrática iniciada após o final do regime militar em 1985, se tornou dependente dos empecilhos políticos, jurídicos e administrativos.

De forma adicional, Thomaz Junior (2010) argumenta que o debate em torno da necessidade da reforma agrária é relativamente uma luta recente no processo histórico brasileiro, em que pese à histórica conformação do latifúndio e da conseqüente luta dos camponeses pela democratização do acesso à propriedade da terra. Nesse sentido, a distinção entre reforma agrária e a luta pela terra<sup>1</sup> se torna

relevante já que, a luta pela terra no Brasil tem sido constante, devido à inexistência de um projeto de reforma agrária por parte do Estado brasileiro. Neste contexto, distinguir a reforma agrária da luta pela terra auxilia na compreensão do porquê a mesma ainda não ter sido realizada de forma ampla, consistindo apenas em ações pontuais que não modificam efetivamente a forte concentração fundiária existente no Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2010).

#### **1.4 Reforma agrária e a busca por segurança alimentar em meio à difusão dos postulados da Revolução Verde**

Medeiros e Leite (1999) ressaltam que o tema da reforma agrária adquiriu relevância junto à agenda política brasileira permitindo a existência da realização de desapropriações de grandes propriedades rurais que terminam por atenuar conflitos no campo. Por outro lado, Medeiros e Leite (1999) também ressaltam que os assentamentos rurais ao serem criados impõem novos desafios para o Estado, uma vez que para ali são dirigidas várias reivindicações no tocante aos direitos básicos como saúde, educação, infraestrutura e melhores condições para a comercialização da produção agrícola gerada nos assentamentos. No tocante às transformações impostas na vida dos agricultores após a sua entrada em assentamentos de reforma agrária, Piccin (2012) aponta para dois elementos que definem a sua autonomia relativa que são: a interação entre a propriedade familiar e o modelo de produção capitalista, e também as características internas do grupo familiar relacionadas às suas formas de lidar com o trabalho e recursos que dispõem. Desse modo, essas características exprimem um espaço social composto de elementos de ordem política, cultural e econômica, os quais permitem que os assentados se relacionem entre si e busquem as mais variadas formas de reprodução social.

Do ponto de vista das relações existentes entre reforma agrária e a agricultura familiar, Norder (1998) argumenta que no Brasil as interpretações sobre esta problemática surgiram a partir da década de 1940, associada a outras questões de cunho social como o combate à pobreza, melhorias na distribuição de renda e preservação ambiental no meio rural. Outro destaque dado a esta questão, é a relevância da reforma agrária para a garantia da segurança alimentar e nutricional nas áreas rurais, pois a maioria dos alimentos consumidos pelas famílias que possuem terra é oriunda de produção própria. Além disso, Norder (1998) afirma que



nos assentamentos rurais, não existe separação dos espaços físicos de produção e de consumo, assim como de local de trabalho e de moradia. Desta forma, há maior potencialidade de produção de alimentos para serem consumidos pela própria família.

Para Gazolla (2004), o autoconsumo é considerado uma forma peculiar de reprodução do campesinato, pois está integrado ao seu modo de vida e é responsável por defini-lo e o diferenciar perante os outros grupos sociais. Diante deste contexto, a finalidade das ações do campesinato continua sendo a busca pela satisfação do grupo familiar. De forma adicional, Grisa e Conterato (2011) argumentam que o autoconsumo deve ser considerado como um instrumento utilizado pelo grupo familiar no campo para garantir alimentação. Portanto, o autoconsumo forneceria as bases para a reprodução socioeconômica das famílias camponesas.

No tocante à definição do que vem a ser segurança alimentar, Albuquerque (2009) afirma que, além de englobar a questão do direito humano à alimentação adequada (DHAA), também envolve questões referentes às desigualdades sociais existentes, tais como a fome e a miséria que assolam diversos países, dentre eles o Brasil. Por outro lado, o conceito de “Segurança alimentar e nutricional” tem evoluído ao longo do tempo, e o mesmo passou a ser relacionado a outros temas englobando aspectos econômicos, sociais e políticos, dentre eles a reforma agrária. Maluf et al. (2000) afirmam que o termo “segurança alimentar” foi utilizado no término da Primeira Guerra Mundial, considerada uma experiência devastadora principalmente para os países europeus, que foram arruinados pelo conflito e provocou a dominação de um país sobre outro através do fornecimento de alimentos.

A partir do entre guerras, as dificuldades encontradas para a manutenção de estoques de alimentos estratégicos contribuíram para difundir o pensamento de que a soberania nacional concentrava no autossuprimento da produção de alimentos. Nesse sentido, a segurança alimentar passou a ser entendida como a capacidade de produzir alimentos para uma dada população. Esta lógica persistiu praticamente inalterada até a década de 1970, quando foi realizada em Roma a Primeira Conferência Mundial de Alimentação. Deste encontro foi acordado que o foco da questão da segurança alimentar seria o abastecimento de alimentos com objetivo de promover o acesso aos alimentos para a população (NASCIMENTO e ANDRADRE,

2010). Entretanto, com a disseminação do pensamento que a escassez de alimentos era causada pelo excesso populacional, a lógica da Revolução Verde serviu para universalizar a ideia de que a fome e os demais males causados pela falta de alimentos seriam extintos com um aumento da produção agrícola por meio do aumento do uso de insumos químicos, tais como fertilizantes e agrotóxicos.

Para Cunha e Lemos (1997), apesar do aumento significativo da produção de alimentos em meados da década de 1970, os países em desenvolvimento continuaram a ter problemas de insegurança alimentar, principalmente entre as camadas mais pobres da população. Em face dessa realidade, diversos encontros e conferências internacionais foram realizados com o apoio das Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (ALENCAR, 2001).

### **1.5 As principais ações do Estado brasileiro para garantir a segurança alimentar e nutricional a partir da década de 1970**

No Brasil, a questão da segurança alimentar começou a ter visibilidade na década de 1940 com as pesquisas de Josué de Castro, que buscou colocar a fome como um mal que afetava negativamente o desenvolvimento econômico brasileiro e tinha como causa principal a falta de acesso à renda para as camadas mais pobres da população brasileira. Por outro lado, a segurança alimentar no Brasil era tratada pelo poder público pela lógica do abastecimento ou como distribuição em casos graves de indisponibilidade, ou seja, de crise de abastecimento (MACHADO, 2006). Para Arruda e Arruda (2007), o trabalho de Josué de Castro impulsionou o surgimento de novas pesquisas sobre a questão alimentar com intuito de verificar a situação da alimentação da população e ocasionou grande impacto na formulação de políticas públicas.

Entretanto, com a manutenção da fome como um elemento presente na realidade política brasileira, o governo federal estabeleceu em 1972 a Política Nacional de Alimentação e Nutrição através da Lei 5.829/1972, que teve como uma das consequências a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). O INAN foi o órgão responsável por implementar e coordenar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I) que durou um ano. Entretanto, no II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN II), a duração se estendeu entre 1976-1984. O PRONAN II foi considerado um programa de caráter

intersetorial, pois envolvia ações relativas à produção, comercialização e consumo de alimentos (BURLANDY, 2009).

Segundo Machado (2006), a principal preocupação do governo militar era a regularidade dos alimentos para a população, pois a escassez de alimentos gerava, inevitavelmente, sérias tensões sociais. De acordo com Burlandy (2009), a partir da década de 1980, com a mobilização social depois de vinte anos de regime ditatorial, houve a luta pela implementação de propostas para questões sociais, em especial a alimentação e nutrição, e contou com o apoio de grupos da sociedade civil e organizações sociais possibilitando que a segurança alimentar se tornasse uma das prioridades na esfera governamental.

Por outro lado, a promulgação da primeira constituição federal pós-regime autoritário em 1988 permitiu que a saúde se tornasse um direito fundamental para todo cidadão brasileiro. Deste modo, a saúde compreende o resultado das condições de bem estar físico, social e econômico da população. Deste modo, a mesma passa a constituir a junção de várias políticas públicas executadas por distintas instâncias governamentais. De forma semelhante, a constituição da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) através da Lei Orgânica de 2006<sup>2</sup> (LOSAN) permitiu que fosse compreendida como:

A realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista socioeconômico e agroecológico. (Lei Federal nº 11.346/2006) (BURLANDY, 2009).

De acordo com Pessanha (2002), na década de 1990, a segurança alimentar ganhou destaque em âmbito nacional em decorrência da campanha “Ação da cidadania contra a miséria, a fome e pela vida”, que resultou na criação do Conselho

---

<sup>2</sup> A lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) é a Lei Nacional nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta lei possibilita que o acesso aos alimentos seja um direito de todo cidadão brasileiro, portanto, dever do Estado. Esta lei permitiu também a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISVAN). Mais informações em > [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm)

Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no governo do presidente Itamar Franco. Já no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as ações na área de alimentação e nutrição sofreram mudanças, devido à realização do Programa Comunidade Solidária. Para Belik (2012), em 1991 o chamado governo paralelo<sup>3</sup> foi o responsável pela proposta de uma nova versão da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). Esta versão propunha maior atenção à produção agropecuária que vinha demonstrando índices insatisfatórios, bem como o reduzido espaço do comércio tradicional agrícola. Além disso, a nova PNSA continha as propostas para superação dos gargalos existentes na produção agrícola com objetivo de executar uma série de intervenções com foco na realização da reforma agrária e também acabar com o monopólio de empresas no setor agropecuário.

A persistente desigualdade social tem mantido a necessidade da realização de uma política nacional de reforma agrária, visto que a concentração fundiária impede o acesso à posse da terra por parte de trabalhadores rurais sem terra e agricultores pobres perpetuando assim um modelo excludente no campo e tornando um grande número de famílias empobrecidas (CONSEA, 2004). Nesse sentido, a reforma agrária aparece como uma alternativa viável para aumentar a inclusão social no campo, bem como promover ocupação de forma digna para as famílias que forem beneficiadas. Por outro lado, a ligação da reforma agrária com políticas voltadas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população é essencial, pois une esforços para superar a ociosidade da terra, amplia o emprego da mão de obra e aumenta a possibilidade de atender à crescente demanda por alimentos (CONSEA, 2004).

De forma adicional, Costa (2010) ressalta que outro aspecto relevante para a garantia da segurança alimentar no campo diz respeito ao processo de recampesinização que seria o retorno de contingentes de pobres que estão isolados nas periferias urbanas para as áreas rurais. Este processo de recampesinização garantiria não apenas o autoconsumo, mas também a comercialização do excedente

---

<sup>3</sup> Para Silva (2013), o governo paralelo caracterizou uma oposição orgânica administrativa, foi formada por Luiz Inácio Lula da Silva para manutenção da esquerda e concentrava suas ações por meio de propostas para melhoria da sociedade brasileira. Para Belick (2012), o governo paralelo foi responsável pela proposta da Política Nacional de Segurança Alimentar em outubro de 1991 formulada por José Gomes da Silva e Luiz Inácio Lula da Silva que propunha ações de caráter intersetorial para a questão da segurança alimentar no Brasil, e defendia ação imediata do governo para a erradicação da fome e combate à pobreza e a realização da Reforma Agrária, portanto, as propostas do governo paralelo foram consideradas avançadas servindo de base para a formulação do projeto Fome Zero.

da produção, introduzindo esses agricultores no mercado, e possibilitando o seu reconhecimento social.

### **1.6 Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: a constituição do Programa de Aquisição de Alimentos**

Segundo o MDA (2011), a agricultura familiar é responsável pela maioria da produção de gêneros alimentícios consumidos no Brasil, deste setor sai 87% da mandioca; em torno de 70% do feijão; 58% do leite, 59% dos suínos; 50% das aves, 46% do milho; 38% do café, e 34% do arroz (MDA, 2011). Em função desses níveis de produção, Schroder (2010) argumenta que a agricultura familiar desempenha papel de destaque em relação à produção agrícola nacional, pois a mesma não apenas é responsável por abastecer o mercado interno, mas contribui para a exportação, com notáveis efeitos no desenvolvimento econômico e social.

Schroder (2010) ressalta que a agricultura familiar por apresentar aspectos diversificados possibilita a construção de uma série de políticas públicas direcionadas ao campo. Em função desse papel da agricultura familiar, estas políticas públicas de caráter federal foram direcionadas para o desenvolvimento no campo, permitindo a junção de vários instrumentos cujo propósito é o apoio aos agricultores familiares oferecendo programas baseados na garantia da segurança alimentar, bem como uma mudança social desses agricultores para que obtenham melhor participação no mercado de forma organizada (Figura 1).



**Figura 1 - Principais ações das políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Fonte: Autora (2014).**

Um exemplo desses programas federais de apoio à agricultura familiar é o chamado Programa de Aquisição de Alimentos para a agricultura familiar (PAA). Segundo Grisa et al. (2011), o PAA foi criado em 2003 como resultado de discussões que ocorreram na década de 1990. Essas discussões estavam centradas na necessidade de erradicar a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional para a camada pobre da população brasileira. Esse debate se iniciou no final da década de 1980, e em 1990 foi impulsionado, mas somente no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a questão da fome adquiriu uma dimensão central, graças ao fato do governo e organizações da sociedade civil serem favoráveis à questão do combate à fome. Outro aspecto que favoreceu a criação do PAA foi que, ao longo da década de 1990, a agricultura familiar se tornou uma categoria reconhecida no âmbito nacional com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) demandando assim mais políticas públicas específicas para esta categoria social. Desta forma, a criação do PAA trouxe uma importante contribuição para a agricultura familiar, pois estimula a

diversificação da produção agrícola e articula a oferta dos produtos em mercados locais.

De acordo com Bezerra e Schneider (2011), o PAA é considerado uma ferramenta governamental utilizada pela segurança alimentar e nutricional no intuito de fortalecer o sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) cuja finalidade seria assegurar o acesso a alimentos por parte dos segmentos mais pobres da população. Nesse sentido, Silva (2011) lembra que o PAA está inserido dentro do Programa Fome Zero cujo objetivo principal é justamente garantir a segurança alimentar dos mais pobres.

Do ponto de vista aplicado, o PAA foi idealizado para promover a criação de estoques estratégicos e reforçar o mercado institucional de alimentos representado pelas compras de alimentos feitas pelo governo, que destina esses gêneros alimentícios para diversos locais onde há pessoas que sofrem de insegurança alimentar (SILVA, 2013). Além disso, Valnier e Ricci (2013) enfatizam que o PAA foi criado para possibilitar a comercialização de produtos agrícolas de pequenos agricultores. Esta meta é particularmente relevante para a agricultura familiar, na medida em que a comercialização é o principal gargalo a ser superado por este setor. Deste modo, a implementação do PAA implicou na proposição de um novo modelo a ser seguido nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pois o programa garante incentivo aos pequenos agricultores no período mais delicado, o da comercialização. De forma adicional, D'Ávila et al. (2010) lembram que o PAA também abrange outros públicos, tais como pescadores artesanais, aquicultores, membros de comunidades tradicionais (i.e., quilombolas, indígenas) e assentados de reforma agrária que estejam inseridos no PRONAF. De acordo com Valnier e Ricci (2013), uma exigência que muitas vezes dificulta a participação no PAA é a apresentação da declaração de aptidão ao Pronaf (Dap). A aquisição deste documento é realizada apenas em instituições governamentais autorizadas (e.g., FUNAI, INCRA) num processo burocrático que acaba alienando muitos dos potenciais interessados.

### **1.6.1 Os principais mecanismos de execução do PAA**

O PAA é executado por um grupo gestor interministerial formado pelos ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; de Desenvolvimento

Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda e da Educação. Formalmente, esse grupo gestor tem como responsabilidade comandar as medidas necessárias para a execução das diferentes especificações do programa. Além disso, no PAA existe uma parceria entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) por meio de uma colaboração. A participação de governos Municipais e Estaduais se dá por meio de convênios que são regidos pelo Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127 e pela Instrução Normativa 01/097 (SDR, 2011). Além disso, entre as responsabilidades do Grupo Gestor do PAA estão:

- Definir o procedimento que será utilizado para definir preços de referência dos gêneros alimentícios, e também caso haja diferença regional, analisar a realidade específica dos agricultores familiares;
- Definir quais são as regiões que mereçam prioridade quanto à execução do programa;
- Definir quais são as condições em que os alimentos devam ser doados, bem como a comercialização dos produtos, apoio à constituição de estoques de alimentos e outras ações quanto à execução do programa (SDR, 2011).

No tocante à execução do PAA, entre 2003 até 2012, isto se deu através de convênios entre o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e os estados, Distrito Federal e municípios. A partir da instituição da Lei nº 7.775/2012 (Brasil, 2012), o PAA passou a ser realizado sem a necessidade de convênios firmados. O objetivo desta nova forma de realização do PAA foi facilitar a sua ampliação, a partir da diminuição da burocracia permitindo assim que a execução dos pagamentos fosse feita por meio do MDS. Nessa nova fase do PAA, o pagamento da produção é realizado diretamente ao agricultor familiar, que resgata o valor via um cartão bancário que identifica que o recurso é proveniente do PAA (MDA, 2012).

Deste modo, o PAA é realizado por meio de cinco modalidades que caracterizam as formas de operacionalização mostradas na Tabela 1.



**Tabela 1 - Modalidades do PAA seus objetivos e características principais.**

<b>Modalidade</b>	<b>Principais objetivos e características</b>
<b>Compra direta da agricultura familiar</b>	Possibilitar a aquisição de determinados alimentos (e.g., trigo, castanhas, farinha de trigo). O objetivo é garantir a formação e distribuição de estoques públicos. Para participar os agricultores não precisam ser organizados, mas também são aceitos organizados. O limite do valor pago é de R\$ 8.000/ano por agricultor familiar.
<b>Apoio à formação de estoques pela agricultura familiar</b>	Procura oferecer formas de apoio à venda de produtos da agricultura familiar, garantindo preços mínimos. Esta modalidade exige que os agricultores estejam organizados em cooperativas ou associações. O limite do valor pago é de R\$ 8.000/ano.
<b>Compra com doação simultânea</b>	Comprar alimentos com o objetivo de doá-los para entidades da rede socioassistencial. Os alimentos são diversificados (e.g., ovos, verduras, frutas, hortaliças, pescados, etc.). Nesta modalidade o agricultor pode participar de forma individual ou estando organizado formalmente, sendo limite individual R\$ 4.500,00/ano e para agricultores organizados R\$ 4.800,00/ano.
<b>Incentivo a produção e ao consumo de leite</b>	Adquirir leite e beneficiá-lo para aumentar o consumo por famílias que sofrem de insegurança alimentar, e também apoiar a produção de leite por pequenos agricultores familiares. O valor limite para cada agricultor é de R\$ 9.000,00/ano.
<b>Compra Institucional</b>	Assegurar que estados, municípios e órgãos federais possam comprar alimentos da agricultura familiar utilizando os próprios recursos e sem licitação. Esta modalidade visa garantir o acesso a alimentos de forma regular a instituições

educacionais. O valor pago para cada unidade familiar é de R\$ 8.000/ano. Não há impedimento para fornecedores que participam de outras modalidades do programa ou que forneçam ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE

---

**Fonte:** Portal MDS (2010).

### **1.6.2 Formas de operacionalização do PAA**

Na operacionalização do PAA, há diferenças quanto à sua execução dependendo da modalidade e do órgão executor. Por exemplo, na execução da modalidade doação simultânea que é feita através da CONAB, as organizações fazem o mapeamento da oferta e demanda em relação aos alimentos, e em seguida reconhecem a produção de seus associados e as entidades socioassistenciais beneficiárias consumidoras. A partir dos dados dos produtos disponíveis e da demanda reconhecida, uma dada organização da agricultura familiar confecciona a proposta através do PAAnet que será então enviada à Superintendência Estadual da CONAB do estado a qual o mesmo pertence. Se a proposta for aprovada, a organização proponente passa a entregar mensalmente os produtos para cada entidade que tiver sido indicada. A cada entrega, é feita a prestação de conta junto à CONAB, que após este processo realiza o pagamento para a organização da agricultura familiar. Nesta modalidade, a CONAB não aceita propostas individuais, mas apenas de organizações de agricultores familiares que possuam a chamada Declaração de Aptidão ao PRONAF, Pessoa Jurídica (DAP-Jurídica) (SDR, 2011).

Para a execução de um projeto do PAA na modalidade “doação simultânea” é necessário que haja a assinatura do Termo de Adesão ao PAA junto ao MDS. Finalizada a assinatura deste termo, estados e municípios estão aptos a apresentar propostas para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Ao ser aceita uma dada proposta, o estado ou município que aprovou o projeto junto ao MDS efetua a sua operacionalização, supervisionando as ações de obtenção e doação dos alimentos por meio do Sistema do PAA (SISPAA). Neste processo, o MDS fica responsável pelo pagamento dos agricultores familiares e sua organização pela obtenção dos alimentos, e o faz diretamente via Cartão PAA. Em relação à

execução desta modalidade, o MDS possui como atribuição o repasse de 5% a 8% do valor total do projeto PAA ao gestor público responsável pelo programa, mas como exigência os gestores devem prestar contas ao MDS anualmente (SDR, 201).

De acordo com Vieira (2008) no PAA, os alimentos são adquiridos por um preço de referência, ou seja, o preço pago aos produtores está de acordo com os preços praticados no atacado da região. Entretanto, para alguns alimentos o preço é fixado pelo grupo gestor do PAA. O PAA prevê também a participação de Conselhos Municipais que visam à segurança alimentar que são os Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEAS). Por outro lado, diz Oliveira (2008) que com a publicação do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, é autorizada a compra de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar, sem licitação e com auxílio das regras do PAA permitindo que governos municipais e estaduais utilizem recursos disponíveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para executar a compra dos alimentos.

### **1.6.3. Montante dos investimentos no PAA desde a sua criação**

Desde o início de sua execução em 2003, o PAA obteve um volume crescente, mas entre 2006 e 2007 os investimentos realizados pelo governo são decrescentes. No geral, houve crescimento no volume de recursos investidos pelo Governo Federal, aumento na participação do número de agricultores familiares e também de pessoas atendidas com os alimentos adquiridos (Tabela 2).

Na Tabela 2, os dados demonstram que os recursos aplicados anualmente resultaram no aumento do número de pessoas atendidas e também na quantidade de alimentos adquiridos. Os investimentos para o PAA por meio dos órgãos MDS e MDA sinalizam um relativo esforço do Governo Federal na consolidação do PAA. Neste sentido, um dos principais mecanismos utilizados para ampliar o PAA foram os recursos financeiros disponibilizados pelo MDS e pelo MDA nas propostas anuais do orçamento da União. Para a safra de 2013/2014, os valores investidos foram estimados em torno de R\$1,2 bilhão (MDS, 2010).

**Tabela 2 - Recursos investidos no Programa de aquisição de alimentos (2003-2010).**

<b>Ano</b>	<b>Recursos aplicados em R\$ Milhões</b>	<b>Nº de agricultores familiares participantes</b>	<b>Pessoas atendidas</b>	<b>Alimentos adquiridos em t</b>
2003	144,92	42.077	226.414	135.864
2004	180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	333,06	87.292	6.450.917	341.735
2006	492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	509,47	168.548	15.407.850	403.155
2009	591,03	137.185	13.028.986	509.955
2010	680,75	155.166	18.857.174	462.429
<b>Total</b>	<b>3.392,37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.100.258</b>
Média dos últimos quatro anos	-	149.950	15.456.127	-

**Fonte:** Portal MDS (2010).

O PAA, desde 2003, obteve três milhões de toneladas de produtos vindas de agricultores. Além disso, o PAA se destacou por permitir a valorização da cultura local, pois contribuiu para o aumento de produção de uma série de variedade de produtos cultivados por agricultores familiares. Outro elemento importante quanto aos recursos disponibilizados ao PAA foi a existência de fontes de recursos no MDS e no MDA que possibilitaram uma melhoria na forma de obter uma complementação de recursos para garantir a compra dos alimentos oriundos da agricultura familiar. (MDS, 2010) (Tabela 3).

**Tabela 3 - Comparação de investimentos MDS e MDA para o PAA.**

<b>Período</b>	<b>Órgão</b>	<b>Recurso em R\$ Milhões</b>	<b>%</b>
<b>2003-2010</b>	MDS	R\$ 3.020,59	89,04
<b>2003-2010</b>	MDA	R\$ 371,78	10,96
<b>2010</b>	MDS	R\$ 623,65	91,61
<b>2010</b>	MDA	R\$ 57,09	8,39

Fonte: Portal MDS (2010).

A Tabela 3 mostra que o MDS executa maior soma de recursos destinados ao PAA, e isto se deve ao fato de que este ministério operacionaliza um número maior de modalidades. Por outro lado, as ações realizadas pela CONAB no PAA, em relação aos recursos disponibilizados, são significativas desde 2003, mas os volumes financeiros à disposição da CONAB ainda são considerados baixos em relação à demanda do programa. Os recursos financeiros investidos entre os anos de 2003 a 2009 foram de R\$1,3 bilhão. No ano de 2009, o investimento alcançou o patamar de R\$ 363 milhões (CONAB, 2012).

### **1.7 Justificativas do estudo**

O estado do Rio de Janeiro apresenta uma estrutura agrária de forte concentração fundiária formada desde o período colonial português. Além disso, ao longo do Século XX, a agricultura fluminense passou a ser marcada pela improdutividade da terra e a baixa produção agropecuária (Medeiros e Leite, 1999). No entanto, o território fluminense foi palco de sérios conflitos agrários que se iniciaram na década de 1950 (Alentejano, 2000). Alentejano ressalta que esta situação peculiar no campo fluminense se deve a uma influência direta do processo de urbanização que, em algumas regiões, resultaram num forte processo de especulação imobiliária. Alentejano (2000) enfatiza ainda que a região Norte Fluminense passou a ser o foco de fortes conflitos agrários a partir década de 1990, principalmente em função da decadência do setor sucroalcooleiro. Neste contexto, o município de Campos dos Goytacazes, onde estavam localizadas quase todas as unidades produtivas de açúcar e álcool existentes no Rio de Janeiro, passou por um forte processo de ocupações de terra quando o setor entrou em crise econômica.

Este processo de ocupações foi ainda um efeito direto da chegada ao Norte Fluminense do MST em 1997, ano em que se iniciaram uma série de ocupações em latifúndios abandonados que acabaram sendo transformados em assentamentos de reforma agrária (PEDLOWSKI, 2011).

O presente estudo se insere num esforço coletivo que vem sendo realizado pelo grupo de pesquisadores liderados pelo Prof. Marcos A. Pedlowski cujo foco analítico é entender como se dá o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos assentamentos que foram criados na região Norte Fluminense. No caso desta pesquisa, o objetivo foi entender como as políticas governamentais que em tese visam garantir a segurança alimentar e nutricional das camadas mais pobres da população brasileira, como é o caso do PAA, se inserem no esforço realizado por assentados de reforma agrária para produzirem e comercializarem a produção obtida em seus lotes.

O fato é que o PAA é apresentado como uma iniciativa voltada não apenas para garantir a segurança alimentar, mas também para apoiar a agricultura familiar num aspecto chave que é a comercialização da produção agrícola. Nesse sentido, esta pesquisa procurou analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos em nível municipal para se inserirem no PAA, bem como para estabelecer estruturas organizativas que permitam a inserção de agricultores familiares em uma das diferentes modalidades que o programa possui. Além disso, a presente pesquisa buscou verificar junto a lideranças comunitárias e assentados quais têm sido os principais problemas enfrentados dentro dos assentamentos para participarem do PAA.

Para orientar o processo de coleta e análise de dados, as seguintes questões de pesquisa foram desenvolvidas:

- Quais são os fatores que dificultam a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos da região Norte Fluminense - RJ?
- De que modo os circuitos de abastecimento alimentar afetam o acesso ao PAA nos assentamentos da região Norte Fluminense - RJ?

## **CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA**

### **2.1 Descrição dos assentamentos estudados**

A área escolhida para a realização da presente pesquisa compreende os assentamentos: Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande localizados na região Norte Fluminense. O assentamento Francisco Julião está situado no município de Cardoso Moreira, enquanto o Ilha Grande e Che Guevara ambos estão localizados no município de Campos dos Goytacazes. O objetivo de estudar esses assentamentos se deve ao fato da existência de esforços empreendidos pelos agricultores assentados para acessarem o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar.

O assentamento Francisco Julião (Figura 2) está distante a 12,8 km da sede do município de Cardoso Moreira, e situado na antiga fazenda São José de Baixo, distante 38 km do município de Campos dos Goytacazes. O acesso ao assentamento é pelas margens da BR-356, estrada que percorre os municípios de São João da Barra a Muriaé - MG. Este fator possibilita às famílias melhor disponibilidade de locomoção.

A ocupação da fazenda São José de Baixo foi realizada no dia 04 de fevereiro de 2006 de forma pacífica, e contou com a participação de membros dos acampamentos e assentamentos da região, tais como: Josué de Castro, Zumbi dos Palmares, Dandara e Paz na Terra. Entretanto, a emissão do título de posse da terra ocorreu apenas no mês de novembro, possibilitando às famílias, finalmente, se mudarem da área do acampamento. No assentamento, estão distribuídas 42 famílias, porém o percentual de mulheres é maior que o de homens. A variação da faixa etária está em torno de 40 a 60 anos. Os recursos hídricos do assentamento são considerados adequados, pois o volume de água disponível serve para consumo humano e para o desenvolvimento de atividades agrícolas. As fontes de água encontradas no assentamento são provenientes do Rio Muriaé, de algumas lagoas e de nascentes encontradas em torno da área do assentamento. Mas a água utilizada pelos assentados para afazeres domésticos e para os animais são oriundas dos lençóis freáticos encontrados em torno do assentamento (COOPERAR, 2010).

De acordo com o PDA do assentamento, a vegetação existente na área é formada por gramíneas e leguminosas devido ao processo da criação de gado

responsável pela sucessão natural do solo. O relevo é considerado acidentado e com presença de elementos rochosos, e o bioma da região é a Mata Atlântica.

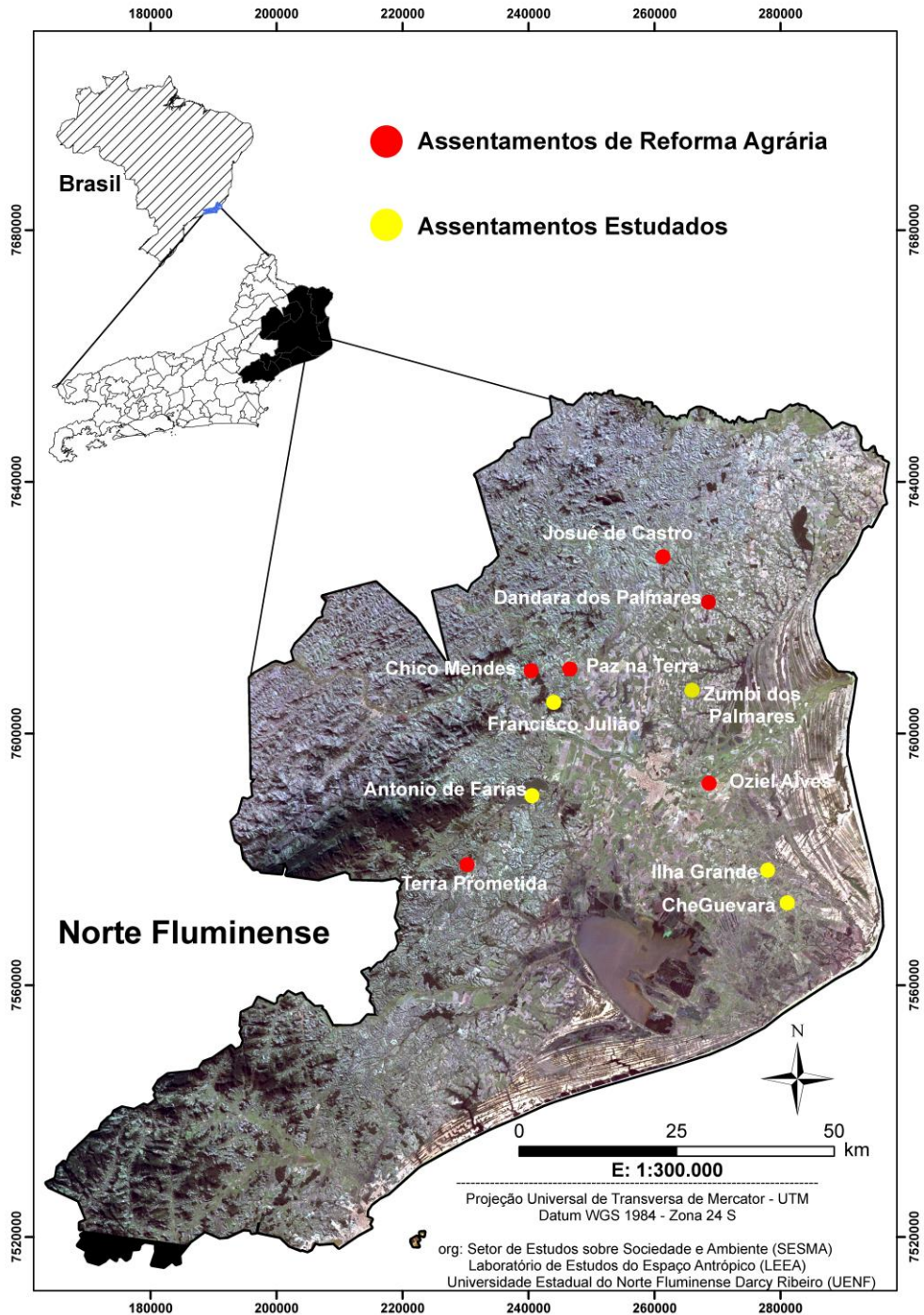


Figura 2 - Mapa mostrando em destaque a localização dos assentamentos Francisco Julião, Zumbi dos Palmares, Antônio de Farias, Ilha Grande e Che Guevara em relação aos outros assentamentos do Norte Fluminense.



Em relação à produtividade, o assentamento Francisco Julião está sobre solos com dificuldades em relação à fertilidade, mas com a correção do solo é possível o cultivo de culturas anuais. Entretanto, o cultivo de cana-de-açúcar e a criação de gado provocaram uma compactação no solo, e a utilização de queimadas contribuíram para castigar ainda mais o solo que também apresenta dificuldades para a utilização de mecanização (COOPERAR, 2010).

A capacidade de produção agrícola do assentamento Francisco Julião é considerada satisfatória, pois as famílias possuem uma excelente capacidade de produção. Os cultivos de destaque existentes são: milho e abóbora, mas há outras culturas que são cultivadas com fins comerciais como quiabo, feijão e aipim. Outro elemento que contribui para a diversidade da produção está na prática do cultivo consorciado de culturas (COOPERAR, 2010).

A área de preservação do assentamento não apresenta os 20% de Mata Atlântica, esta área corresponde à Reserva Legal que está localizada na parte sul do assentamento. Com base em dados do laudo de fiscalização elaborado pelo INCRA em 2005, as áreas de Reserva Legal e de proteção permanente correspondem a 32% de área ambiental que deve ser preservada para que os assentados possam usufruir de um ambiente saudável e adequado para as famílias viverem (COOPERAR, 2010).

Segundo Aquino (2008), os assentamentos Che Guevara e Ilha Grande (Figura 2), ambos localizados no município de Campos dos Goytacazes, assim como os demais assentamentos da região Norte Fluminense, foram formados em meados da década de 1990 através de ocupações realizadas com o auxílio do MST em conjunto com demais instituições. Estes assentamentos são o resultado de uma ocupação formulada pelo MST em janeiro de 1998, na área que compreende o conjunto Marrecas. Esta área era formada por duas fazendas, propriedades da Companhia Agrícola Baixa Grande, que ainda era proprietária da Usina Santo Amaro, considerada enorme faixa de terra na baixada na região Norte Fluminense. As fazendas que originaram os assentamentos Che Guevara e Ilha Grande eram chamadas de fazenda Ilha Grande e Marrecas, ambas localizadas na área do distrito de Marrecas.

De acordo com Santos (2010), o assentamento Che Guevara (Figura 2) apresenta uma área de 1.244,7476 hectares sendo a parcela de 336,5067 hectares

corresponderem à área de reserva legal e permanente. Em relação à vegetação, o assentamento possui característica de planície com clima quente e úmido. As temperaturas de janeiro a março são elevadas, já nos meses de junho e julho é baixa. O período de chuvas inicia em novembro e termina em janeiro. A época de estiagem é iniciada em agosto. O assentamento Che Guevara possui o Rio Paraíba do Sul como uma de suas fontes hídricas. Haddad (2009) afirma que os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara são constituídos por uma enorme malha de canais artificiais provenientes do trabalho desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DOS). Entretanto, Santos (2010) apud Carneiro (2004) afirma que as lagoas e demais recursos hídricos foram drenados com o objetivo de atender aos interesses produtores de cana-de-açúcar.

Ainda de acordo com Santos (2010), o Assentamento Che Guevara possui solo de característica arenosa que dificulta a capacidade de retenção de água e sais minerais que impedem as plantas de serem favorecidas durante o plantio, pois segundo os assentados, o solo é salitrado, isto é com alto teor de salitre. Desta forma, excluindo as áreas de reservas legais e permanentes as demais áreas do assentamento são compostas por solo arenoso e impróprio para o cultivo agrícola, exigindo investimento em irrigação e correção do solo. Em relação ao cultivo agrícola no Che Guevara, as culturas principais são a cana-de-açúcar para comercialização principalmente para as Usinas açucareiras e o quiabo que é vendido para os atravessadores.

A composição social dos assentamentos compreende um total de 73 famílias no assentamento Che Guevara, e na Ilha Grande são 58 famílias. A organização social nos assentamentos permitiu a formação de duas associações, uma para cada assentamento, e uma cooperativa de produção de açúcar mascavo, melado e rapadura. Neste sentido, de acordo com a Embrapa (2014), foi inaugurado no dia 19/05/2014 a agroindústria dos respectivos assentamentos que possui capacidade de processamento de até oito toneladas de cana-de-açúcar. Esta agroindústria foi financiada com o apoio do INCRA e EMBRAPA através do Projeto Terra Sol sendo o total investido de R\$600.000,00 reais, deste montante 80% são recursos provenientes do INCRA e apenas 20% da EMBRAPA.

Segundo Soares (2009), o assentamento Antônio de Farias<sup>4</sup> (Figura 2) está localizado no município de Campos dos Goytacazes, formado nas terras da Fazenda Santa Rita do Pau Funcho possui área de 1.042 hectares. O processo de ocupação das terras foi realizado no dia 08 de agosto de 2000, e contou com a participação do MST que foi responsável pela organização durante a ocupação das terras. Este assentamento possui nove núcleos e 92 famílias assentadas. Segundo Haddad (2009), o assentamento Antonio de Farias está localizado próximo à lagoa de cima do rio Imbé, e possui vegetação com mata nativa.

O assentamento Zumbi dos Palmares<sup>5</sup> (Figura 2) têm suas terras entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, e foi formado dentro das terras que compunham um conjunto de fazendas que faziam parte da antiga Usina de cana-de-açúcar São João, sendo o total de 8.000 hectares dividido em 5 núcleos. A ocupação das terras da antiga Usina São João foi em 12 de abril de 1997, mas a desapropriação das terras de fato ocorreu em outubro de 1997. O assentamento atualmente possui associação e cooperativa (ZINGA, 2004).

### **2.1.1 Instrumentos utilizados na coleta de Dados e Amostragem**

A coleta de dados deste trabalho foi executada para permitir a análise quantitativa e qualitativa das informações obtidas. Deste modo, o primeiro instrumento utilizado foi à realização de entrevistas semiestruturadas (ANEXO I) com lideranças dos assentamentos. Outro roteiro de entrevistas semiestruturadas foi realizado junto a um funcionário da EMATER e representantes do poder público municipal de Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira (ANEXO II). O intuito da realização destas entrevistas foi buscar informações acerca da comercialização agrícola dos assentamentos rurais e da execução do PAA nos municípios, bem como, diagnosticar a participação dos assentamentos rurais ao programa, com fins de comparar as opiniões existentes sobre o PAA entre diferentes atores sociais. O segundo instrumento utilizado foi imagens (ANEXO III) com objetivo de reunir informações sobre as características sociais e produtivas das famílias, e também de

---

<sup>4</sup> Este assentamento foi incluído na descrição da área de estudo devido a uma liderança deste assentamento ter sido entrevistada durante a coleta de dados.

<sup>5</sup> Este assentamento também foi incluído na descrição da área de estudo devido a uma liderança ter concedido entrevista, e também pelos esforços para a melhoria da comercialização agrícola principalmente no acesso dos assentados ao PAA.

eventos sobre o PAA realizados pelos gestores públicos dos municípios onde estão localizados os assentamentos.

Outro instrumento utilizado foi o questionário (ANEXO IV) com vistas a garantir informações em relação às variáveis que auxiliam identificar as relações sociais, produtivas e comerciais realizadas nos assentamentos rurais como o conhecimento sobre a existência do PAA e as dificuldades enfrentadas para participarem do programa. Em relação à aplicação dos questionários, o ideal é que seja feito com o assentado realmente titular do lote ou seu conjugue, mas na falta deste foram realizados com uma pessoa de mais idade que estivesse presente no lote no momento da aplicação do questionário. Deste modo, foi realizado um esforço para que o quantitativo de questionários fosse distribuído de forma a obter uma amostra representativa dos assentamentos estudados. Foram aplicados questionários em 55 famílias dos seguintes assentamentos: Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande (Tabela 4).

**Tabela 4 - Tamanho das amostras por assentamento estudado.**

<b>Assentamentos</b>	<b>Número de Famílias Assentadas (n)</b>	<b>Tamanho da Amostra (n)</b>	<b>Proporção da amostra em relação à população total (%)</b>
Francisco Julião	42	23	54,8%
Che Guevara	73	20	27,4%
Ilha Grande	58	12	20,7%
Total	173	55	31,8%

### **2.1.2 Procedimentos Analíticos**

Posteriormente à aplicação dos questionários, os mesmos foram revisados para a verificação de possíveis erros, em seguida foram tabulados, para facilitar a monitoração da qualidade do processo de tabulação. Em seguida os dados foram armazenados num *software* estatístico (SPSS). Outra ferramenta utilizada para o monitoramento e qualidade dos dados, foi a utilização de um livro de código para

facilitar a codificação dos dados. Em relação às perguntas fechadas foram criados códigos para as categorias pré-estabelecidas. As questões abertas foram tabuladas e depois categorizadas para um padrão resposta com maior facilidade, e para as variáveis que permitem tratamento estatístico foram formadas tabelas e gráfico com utilização de porcentagem.

### **2.1.3 Questionários**

Os questionários foram aplicados entre as famílias aleatoriamente nos assentamentos, sendo que a amostra atingiu o percentual de 31,7% do total de famílias assentadas. A estratégia da aplicação dos questionários era que fosse feita a distribuição proporcional entre os assentamentos, mas devido às condições climáticas na época da coleta de dados, houve dificuldade quanto ao acesso aos assentamentos, por conta das chuvas principalmente no assentamento Francisco Julião, e também dificuldades causadas pela ausência de veículos adequados para percorrer áreas rurais. Nos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, houve dificuldade para encontrar os assentados em seus lotes. Antes dos questionários serem aplicados foi feito um pré-teste para averiguar os possíveis erros e melhorar o instrumento.

### **2.1.4 Entrevistas**

A entrevista semiestruturada foi um instrumento utilizado na primeira etapa da coleta de dados. Desta forma, as entrevistas foram feitas com um roteiro pré-estabelecido no sentido de compreender as opiniões dos assentados, bem como o ponto de vista dos representantes públicos acerca da problemática do programa de aquisição de alimentos, além de diagnosticar os principais fatores que dificultam a efetivação do programa nos assentamentos rurais. As entrevistas foram gravadas e transcritas e armazenadas num banco de dados para realização de análises com foco nas questões pertinentes ao estudo buscando elementos que estabeleçam relações conflitantes entre os entrevistados. As variáveis analisadas buscaram imprimir características da organização social, aspectos produtivos, os mecanismos de comercialização e o conhecimento sobre o PAA.

## **CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Este capítulo possui o objetivo de analisar o processo da luta pela terra nos assentamentos estudados, bem como a organização social focando nos aspectos das ações coletivas praticadas, os esforços empreendidos para melhoria da produção e comercialização dos produtos agrícolas. Outra análise realizada neste capítulo é a descrição dos principais entraves que impedem melhorias na comercialização agrícola dessas áreas rurais.

### **3.1 A importância da organização interna para a luta pela terra**

As formas encontradas pelos assentados para se organizarem, exprimem a necessidade de autonomia desses indivíduos para obterem o acesso a um pedaço de terra. Neste sentido, Piccin (2012) afirma que o espaço social que os agricultores assentados constroem possui elementos de ordem política, cultural e econômica que impulsionam para a formação da reprodução social desses indivíduos.

De acordo com as lideranças do Assentamento Francisco Julião que participaram do processo da organização interna do acampamento, isto se deu por iniciativa dos próprios assentados devido à necessidade de obterem um pedaço de terra para produzir, como é demonstrado nos relatos de Adail Santos e Renilda Ramos

“(...) Esperamos pelo INCRA cinco anos, nada fizeram para nós, aí reunimos o pessoal, tiramos uma linha, arrumamos um topógrafo particular e dividimos a terra para os 42 moradores, média de dois alqueires e meio para cada um, fizemos a nosso modo e entramos pra dentro, pedimos energia e entramos para dentro da propriedade e começamos a trabalhar, a produzir (...)” (Entrevista com Adail Santos Presidente da associação de produtores.

“(...) E depois, sete meses e meio a gente recebeu a bela notícia da emissão da posse, e aí logo depois a gente esperando pelo INCRA pra parcelar e o INCRA até ontem nada que veio, qué que a gente fez, pagou um topógrafo, veio e parcelamos (...)” (Entrevista com Renilda Ramos assentada do Francisco Julião).

A reprodução social desses agricultores se reflete nas formas encontradas para fortalecer a organização coletiva nos assentamentos. Através das informações

obtidas por meio das entrevistas realizadas com os assentados e lideranças, a organização coletiva nos assentamentos representa uma necessidade para que possam desenvolver ações de aspectos social, econômico e político com objetivo de garantir a sobrevivência no campo. O relato de Alcimaro Martins do Zumbi dos Palmares esclarece a importância do trabalho com os jovens assentados para conscientização da identidade camponesa.

“(...) Eu trabalho com os jovens, coletivo de jovens aqui na comunidade numa perspectiva cultural, é trabalhando um pouco sobre esta questão de fortalecimento da identidade camponesa (...) excluída né então essa inserção faz com que você queira dar um retorno pra comunidade desenvolver alguma atividade prática (...)”  
(Alcimaro Martins, assentamento Zumbi dos Palmares).

A fala do assentado Alcimaro Martins também apontou para a importância dos movimentos sociais junto aos assentados, e a partir do trabalho de conscientização, a luta pela terra e suas implicações motivam a realização de atividades de fortalecimento da organização coletiva dentro dos assentamentos, como alternativa de sobrevivência no campo. No mesmo sentido, a fala do assentado Hermes Cipriano mostra os motivos de se engajar para manter a organização coletiva como forma de manutenção das organizações coletivas nos assentamentos. Segundo ele, a organização dos assentados é importante porque

É a única alternativa que os agricultores têm. Se não se organizar, individualmente não vai conseguir avançar. (Hermes Cipriano do assentamento Antônio de Faria)

Outros relatos coletados apontam que o motivo para trabalharem à frente das organizações coletivas no assentamento seria a falta de interesse dos demais assentados para o trabalho coletivo. Renilda Ramos e Davi Barbosa afirmam que:

“(...) Alguém tem que se disponibilizar né, pra tá indo levando e trazendo notícia pros assentados porque, como eu tinha dito antes,

depois que vira assentamento as pessoas não quer sair dos seus lotes, então, alguém tem que se sacrificar né” (Renilda Ramos).

“(…) E eu achei que associação fosse um instrumento né, entrei na associação achando que ela, e ela é também um instrumento quando é bem organizada e a pessoa entender qual a função dela, ela é um instrumento facilitador das ações (…)” (Davi Barbosa assentado no Che Guevara).

Davi Barbosa informou que se tornou uma liderança do assentamento num processo gradual, pois era participante de uma coordenação do assentamento em que vive. Entretanto, em 2009, o Sr. Barbosa foi eleito presidente da associação de produtores do Che Guevara. Em seu relato, ele esclarece que o motivo para estar à frente da associação seria o papel que a mesma desempenha como instrumento para execução das ações em prol dos assentados. Segundo o Sr. Barbosa é por meio da associação que há possibilidade de haver interlocução junto ao poder público municipal para que se possa articular ações em prol dos assentados.

Por outro lado, os resultados referentes a organizações coletivas<sup>6</sup> existentes nos assentamentos estudados também demonstram que a criação de instrumentos coletivos de ação ocorreu devido à exigência de órgãos responsáveis por viabilizar recursos públicos destinados à melhoria da infraestrutura e incentivo à produção agrícola. Desta forma, seja por um processo decisório autônomo ou imposto por agentes externos, o fato é que nos assentamentos estudados existem de fato várias organizações atuando e buscando soluções para diferentes problemas que interferem no cotidiano dos seus habitantes (Tabela 5).

---

<sup>6</sup> Nenhuma Liderança do assentamento Ilha Grande foi incluída nesta tabela devido a dificuldades encontradas para realizar entrevista.



**Tabela 5 - Organizações coletivas existentes no assentamento.**

<b>Entrevistado</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Organizações coletivas</b>	<b>Estratégia de implantação das organizações</b>
Alcimar Martins	Zumbi dos Palmares	Coletivo de mulheres/ Associação/ e Cooperativa	Exigência do INCRA para criação da associação e cooperativa. O Coletivo de mulheres foi criado por iniciativa das próprias assentadas.
Renilda Ramos	Francisco Julião	Associação	Exigência do poder público municipal
Adail Santos	Francisco Julião	Associação	Exigência do poder publico municipal
Davi Barbosa	Che Guevara	Associação	Exigência do INCRA
Hermes Cipriano (Mineiro)	Antônio de Faria	Associação e Agroindústria	Exigência da EMATER para criação da associação. A agroindústria foi iniciativa dos próprios assentados

Entretanto, a interferência do Estado no processo de organização social não é bem vista pelas lideranças, por implicarem no estabelecimento de formas verticais de relacionamento com os assentados. Isto fica evidente nas falas de Davi Barbosa e Hermes Cipriano, quando estes afirmam que:

A associação já vem de um modelinho de cima pra baixo, né? Para receber determinadas política pública, fomento tem que tá organizado em uma associação e tal. Então, foi a partir daí que surgiu embora seja criado por nós né, mas já houve um critério de cima pra baixo pra que isso acontecesse, né? (...) (Davi Barbosa assentado do Che Guevara).

Foi bem atravessado, bem complicado porque a associação os assentados tavam discutindo a construção da associação, mas quem presta assistência técnica é a EMATER e aí a EMATER chamou uma reunião e chegou com estatuto pronto (Hermes Cipriano assentado do Antônio de Faria).

Desta forma, o Estado ao exigir que os assentados estejam agrupados em associações impõe um modelo rígido de organização social, e acaba por retirar a autonomia dos assentados em relação à forma de gerenciar suas entidades. Por

outro lado, esta forma de imposição do Estado desenvolve nos assentados a motivação para criar organizações por iniciativa própria. Nesse sentido, o Sr. Adail Santos, presidente da associação de produtores do Assentamento Francisco Júlio, afirmou que:

A gente tá conseguindo avançar, porque nós temos a associação em dia, tudo certinho, a gente não consegue ter acesso de crédito, porque estava esperando o INCRA para fazer essa demarcação, quando eles fizerem a gente vai acabar de se organizar (Assentado Adail Santos do Francisco Julião).

Outros relatos obtidos de lideranças dos assentamentos demonstram que as dificuldades estão também na falta de compreensão dos assentados quanto à função da associação. Isto fica evidente na fala da Sra. Renilda Ramos quando ela citou os problemas existentes na relação com os assentados:

Porque se a gente faz bem, se a gente faz 90% não tá bom, se faz 99% também não tá bom, se não for 100% num tá bom, mesmo assim ainda algumas pessoas ficam insatisfeitos. Então, pra gente eu no meu ponto de vista, associação é benefício dos assentamento, (...) (Assentada Renilda Ramos do Francisco Julião).

As dificuldades que se apresentam para as organizações coletivas nos assentamentos prejudicam a execução de ações coletivas entre os assentados, como exemplo as associações apresentam fragilidades para se estruturarem como organização e cumprir com suas funções. Um problema de difícil resolução é a aparente falta de interesse por parte de muitos assentados de se envolver no trabalho coletivo, o que termina por fragilizar a ação das organizações comunitárias. As falas dos assentados Hermes Cipriano e Davi Barbosa exprimem essa preocupação:

“(...) Porque não existe a cultura do cooperativismo e do associativismo na região, nós temos várias dificuldades no sentido até de gerir essas entidades, essas estruturas. E aí muitas vezes elas ficam verticalizadas, elas são assumidas por uma pessoa só, e muitas vezes são pessoas oportunistas, e aí a Prefeitura também ela trabalha muito no sentido de coopta. A prefeitura ela não ajuda em nada no sentido de fazer essas entidades avançarem” (Hermes Cipriano assentado do Antonio de Faria).

“(...) Eu percebi isso na prática, que há uma política local que não deixa qualquer iniciativa de organização que traga autonomia para os pequenos agricultores ou não, não seja agricultores, elas são moldadas politicamente. (Davi Barbosa Presidente da associação de produtores do assentamento Che Guevara).

Por outro lado, há resistência também por parte dos assentados ao se associarem devido à falta de compreensão em relação aos resultados dos trabalhos das associações ou cooperativas não serem imediatos. Nesse sentido, o Sr. Davi Barbosa argumentou que as famílias distorcem o sentido do trabalho coletivo e buscam ações de ordem imediata, resultando no enfraquecimento dessas organizações, criadas por iniciativa dos próprios assentados.

A cooperativa está em fase de reestruturação nesse momento. A gente criou sim a unidade. As famílias acharam que iam ter uma renda imediata, mas acabou não tendo porque está enraizado na sua cultura o imediatismo, até por conta da prática política local (...) as famílias estão acostumadas que o político seja provedor e não com eles criarem formas de autonomia e de serem provedores (Davi Barbosa Presidente da associação do Che Guevara).

### **3.2 Esforços dos assentados para viabilizar a comercialização da produção agrícola**

Nesta seção, são abordados os esforços realizados pelos assentados para estimular a produção e comercialização agrícola. Deste modo a discussão busca analisar os mecanismos que estão sendo adotados para viabilizar economicamente os diferentes assentamentos, e também os principais entraves que impedem a existência de melhoria no desempenho econômico dos assentamentos (Tabela 6).

**Tabela 6 - Estratégias adotadas pelos assentados para melhorar o desempenho econômico nos assentamentos.**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Formas adotadas pelos assentados</b>
Alcimaro Martins	Zumbi dos Palmares <sup>7</sup>	Diversificação da produção.
Renilda Ramos	Francisco Julião	Diversificação da produção
Davi Barbosa	Che Guevara	Adoção de técnicas agroecológicas
Adail Santos	Francisco Julião	Diversificação da produção
Hermes Cipriano	Antônio de Faria <sup>8</sup>	Ampliação dos canais de comercialização

É importante notar que os esforços diferenciados podem estar ligados a diferentes tempos de existência dos assentamentos, bem como em função dos diferentes problemas enfrentados para viabilizarem economicamente os seus lotes. De toda forma, a preocupação com a diversificação da produção é compatível com a agricultura.

Por outro lado, um fato que é aceito como verdade é que a comercialização da produção é um dos principais entraves para a viabilidade dos assentamentos rurais no Brasil. A análise das entrevistas das lideranças dos assentamentos estudados procurou identificar quais os esforços estão em curso visando a melhoria da comercialização da produção agrícola e quem participa dos mesmos (Tabela 7).

<sup>7</sup> As lideranças dos assentamentos Zumbi dos Palmares e Antônio de Farias foram entrevistadas devido a estes assentamentos possuírem esforços significativos no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos.

**Tabela 7 - Esforços realizados pelos assentados para comercializarem a produção agrícola.**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Formas utilizadas para melhorar a comercialização</b>	<b>Participação nos esforços</b>
Alcimaro Martins	Zumbi dos Palmares- Núcleo IV	Participação na feira do IFF/ UENF	Grupo de mulheres do próprio assentamento
Renilda Ramos	Francisco Julião	Participam do PAA e PNAE	Membros da associação
Davi Barbosa	Che Guevara	Preponente do Projeto PAA	Membros da associação
Adail Santos	Francisco Julião	Participam dos projetos PNAA e PNAE	Membros da associação
Hermes Cipriano	Antônio de Faria	Preponente do projeto PAA em organização formal/ venda da produção agrícola para o CEASA- RJ/COOPSCAMP	Colaboração dos técnicos da cooperar

Os resultados mostram que os assentados buscam criar mecanismos de fortalecimento que estimulam ações coletivas em prol da comercialização. Neste sentido, os esforços para comercializar a produção agrícola vêm se concentrando na participação em programas do Governo Federal como PAA e PNAE. Para acessarem os programas do governo federal, os assentados criaram uma comissão

que envolve agricultores de vários assentamentos<sup>9</sup>. Esta comissão de assentados executou a primeira tentativa de acessar o PAA via cooperativa segundo Davi Barbosa:

Esse primeiro PAA é, foi construído junto com apoio da assistência técnica da COOPERAR, e a gente conseguiu furar essa barreira. (Davi Barbosa do Assentamento Che Guevara).

Davi Barbosa esclareceu ainda que apenas algumas famílias participam do PAA na modalidade “Doação Simultânea” devido às dificuldades para produzirem e da infraestrutura que não dispõem. Outra tentativa realizada foi a da participação no Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), mas que, segundo o Sr. Barbosa, acabou não ocorrendo:

Porque como a gente não tem nenhum incentivo municipal para comercialização, a gente colocou um pouquinho a mais para pagar frete, pagar pessoal, para que isso chegue até nas escolas. Então isso, são, nós tentamos fazer isso uma experiência com o município de São João da Barra, mas não conseguimos cumprir por conta dessa falta de apoio e da falta de logística para a entrega da produção, que é o pior gargalo que nós temos hoje (Davi Barbosa assentamento Che Guevara).

O descontentamento com a falta de apoio do poder público municipal é evidente, pois o incentivo advindo do poder municipal seria fundamental para a execução desses programas. Além disso, a participação nos programas federais requer que o agricultor tenha recursos para investir na produção e transporte adequado para realizar o escoamento. Assim, sem o incentivo do poder público municipal para liberar crédito, e sem recursos para investir, as tentativas para acessarem os programas como PNAE e PNAE se tornam frustrantes, pois um número significativo de assentados ficam alijados do processo.

### **3.3 Relação conflituosa com o poder público municipal**

As análises das entrevistas apontam que as medidas adotadas de apoio aos assentados pelo poder público dos municípios de Cardoso Moreira e Campos dos

---

<sup>9</sup> Esta comissão é formada atualmente por Hermes Cipriano do Antônio de Faria, Chiquinho do Núcleo IV do Assentamento Zumbi dos Palmares, Edilson do Assentamento Josué de Castro, e por Davi Barbosa do Assentamento Che Guevara.

Goytacazes, nas quais os assentamentos estudados estão inseridos, são consideradas insatisfatórias e não contemplam de forma alguma as necessidades imediatas dos agricultores, tais como o incentivo à produção e comercialização da produção. As críticas também apontaram a influência exercida pelo poder público municipal e políticos nos assentamentos, o que resultaria numa influência sobre os esforços de construção da organização coletiva, pois as promessas de entrega de recursos provocaria a esperança de conquistar determinado benefício de forma individual, acabando assim por desestimular o envolvimento em ações coletivas. Essa percepção ficou clara nas falas de Davi Barbosa e Renilda Ramos quando os mesmos afirmaram que:

(...) O Estado que tem o papel de prover, acaba não provendo. É através de um político que se cria a ilusão de que vai prover, o que acaba não acontecendo, pois fica só na promessa. Enquanto isso, perdemos oportunidade de dentro de nossa unidade construir coisas pequenas. (Davi Barbosa assentamento Che Guevara).

(...) Se a Prefeitura recebeu de graça maquinário por que a gente tem que por o óleo no trator. Agora tão assim, tem que por o óleo, e aí tem gente que prefere ficar esperando, e quando vem já passou do período de plantio. Tem vez, se tiver chovendo muitos não vem porque o trator não aguenta a chuva. (Renilda Ramos Assentamento Francisco Julião).

No depoimento do assentado Hermes Cipriano também ficou evidente a percepção de que o poder público municipal dificulta as ações em prol da comercialização agrícola, quando ele afirmou que:

O poder público municipal pra nós é um problema porque ele só faz as coisas se tiver sobre a gestão dele, né? Se ele vê a possibilidade, se aquilo ali tiver a possibilidade de significar mais voto (...) Toda perspectiva, toda iniciativa autônoma de trabalho tem problema com a prefeitura aqui, toda, a exemplo disso é agora, por exemplo, a lei da merenda escolar dos 30% que a única vez que eles abriram a chamada pública aqui, a gente concorreu eles suspenderam a chamada pública E agora nós temos quase certeza que eles tão trabalhando numa perspectiva deles construir uma entidade pra acessar esses programas invés de repassar pras entidades que já existem (Hermes Cipriano, assentamento Antônio de Faria).

Desta forma, o poder público ao invés de ser agente facilitador das ações de melhoria da comercialização agrícola, é visto pelas lideranças entrevistadas como sendo o principal empecilho para ações direcionadas ao fortalecimento dos assentamentos. Por outro lado, ao questionarmos os assentados sobre quais melhorias foram feitas nos assentamentos pelo poder público municipal dos municípios de Cardoso Moreira e Campos dos Goytacazes, a maioria dos entrevistados respondeu:

O apoio recebido se resume ao fornecimento de tratores, mas para plantar cana, então assim, vai ficar preso à monocultura. (Alcimaro Martins assentamento Zumbi dos Palmares).

### **3.4. Formas de venda da produção agrícola e os problemas causados pela dependência em relação a atravessadores**

A análise das redes de comercialização permitiu identificar que há uma variação nos canais utilizados nos assentamentos incluídos na pesquisa, bem como uma persistente dependência da ação de atravessadores que atuam em todas as áreas (Tabela 8).

**Tabela 8 - Principais destinos da produção agrícola dos assentamentos**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Estabelecimentos Comerciais</b>
<b>Alcimaro Martins</b>	Zumbi dos Palmares-	CEASA-RJ, mercado municipal de Campos, hortifrutis, feiras, usina de cana.
<b>Renilda Ramos</b>	Francisco Julião.	Feira municipal de Cardoso Moreira, mercados, restaurantes.
<b>Davi Barbosa</b>	Che Guevara	CEASA-RJ, usina de cana.
<b>Adail Santos</b>	Francisco Julião	CEASA-RJ.
<b>Hermes Cipriano Mineiro</b>	Antônio de Faria	CEASA-RJ.

A partir da análise das entrevistas ficou evidente que a maior parte da produção é atualmente vendida para atravessadores, mas que há um esforço em



curso para diminuir essa dependência como demonstrado na Tabela 8. Os resultados apontam ainda que o número de canais adicionais é mais visível nos assentamentos Zumbi dos Palmares e Francisco Julião. Esse fato pode estar ligado a uma maior diversificação da produção, e ao grau de organização interna destes assentamentos.

De toda forma, a dependência em relação aos atravessadores parece diretamente ligada a variáveis como disponibilidade de meios de transporte, contatos com compradores atacadistas, e a existência de recursos financeiros que permitem a esses agentes um forte poder de barganha no ato da compra da produção agrícola por um preço abaixo do mercado. Mas a relação com os atravessadores é marcada por uma clara contradição. Segundo Davi Barbosa, o que incentiva o agricultor a aceitar a proposta do atravessador é a garantia do dinheiro imediato e da venda da produção. Por outro lado, existiriam desvantagens no processo da negociação, pois muitos agricultores se sentem explorados em relação aos preços propostos, como sugerido por Renilda Ramos que afirmou não haver vantagem na venda da produção para os atravessadores, pois estes acabam impondo preços muito baixos.

Além dos preços baixos, há ainda o risco da inadimplência, como sugerido por Hermes Cipriano quando afirmou que além das formas mencionadas de exploração dos assentados pelos atravessadores no ato da venda da produção, há ainda o risco do calote puro e simples, com diversos casos de pagamentos feitos com cheques sem fundo.

A negociação da produção coloca o agricultor em desvantagem com relação aos preços obtidos, pois muitos não conseguem vender por um preço melhor e se veem obrigados a aceitar qualquer oferta devido a não poderem correr o risco de permanecerem com a produção encalhada. Nesse sentido, Davi Barbosa reconheceu que:

(...) Já vendemos quiabo, o quilo a R\$0,10, de vez em quando acontece isso, você tá pagando R\$ 3,00 reais no mercado, e lá na ponta é R\$ 0,10, R\$ 0,15. Não tem garantia de preço mínimo, uma política de garantia de preço mínimo no mercado nacional, pois quem dita é o mercado (Davi Barbosa assentamento Che Guevara).

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores para venderem a produção muitas vezes resultam na perda do que foi colhido, devido a falta de acordo com os atravessadores, e pela inexistência de canais alternativos. Para Alcimaro Martins esse é um problema sério, pois

(...) Se o agricultor não tiver habilidade de negociar bem o seu produto, aí ele vai ficar no prejuízo mesmo. Alguns agricultores até preferem perder o produto a vender por um preço muito baixo (Alcimaro Martins assentamento Zumbi dos Palmares).

Outra desvantagem para o assentado seria a falta de apoio oficial para a comercialização agrícola dos assentamentos rurais. A venda para atravessadores também implica numa outra desvantagem que é a falta de conhecimento do consumidor da origem do produto que está sendo consumido.

A venda direta da produção agrícola garantiria aos assentados a autonomia em decidir para quem vender e como será o processo da venda. Para Davi Barbosa a alternativa ideal para solucionar o problema da comercialização seria

(...) um galpão onde pudesse selecionar os produtos lá no assentamento mesmo, e se essa compra fosse feita lá seria uma alternativa; selecionar a produção lá mesmo embalar, e a compra fosse feita lá, com isso se superaria a questão de transporte.(Davi Barbosa assentamento Che Guevara.”

A melhoria na infraestrutura e planejamento seriam assim as alternativas ideais para os assentados venderem a produção para os estabelecimentos comerciais. Por outro lado, como a falta de transporte é uma das principais causas para os assentados não conseguirem vender seus produtos diretamente aos estabelecimentos comerciais, haveria a necessidade de superar esse problema.

### **3.5 O PAA e sua importância e as principais limitações para sua inserção nos assentamentos**

Nesta seção, será discutido como as lideranças entrevistadas entendem o papel do PAA dentro dos assentamentos. Em tese, o PAA permitiria que diversos segmentos de agricultores dentre eles, agricultores assentados, pudessem vender a sua produção agrícola para diferentes níveis de governo, que destinariam então

esses alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Deste modo, o PAA estimularia a comercialização da agricultura familiar e garantiria uma melhoria na renda do agricultor, assegurando assim sua reprodução social. No caso da presente pesquisa, a coleta de dados com as lideranças dos assentamentos e agentes governamentais visou compreender os critérios de acesso ao PAA e também se as exigências são consideradas adequadas à realidade dos beneficiários do programa federal de reforma agrária.

Um primeiro aspecto abordado nas entrevistas com as lideranças se referia à importância que o PAA teria dentro dos assentamentos (Tabela 9).

**Tabela 9 - Importância do PAA para os assentamentos rurais.**

<b>Entrevistado</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Importância do programa de aquisição de alimentos para os assentamentos</b>
Alcimaro Martins	Zumbi dos Palmares	Evitar a dependência em relação ao atravessador ao garantir outro canal de venda da produção
Renilda Ramos	Francisco Julião	Garantia de venda da produção
Davi Barbosa	Che Guevara	Evitar a dependência em relação ao atravessador e garantir um preço mínimo para a produção
Adail Santos	Francisco Julião	Apoiar o agricultor assentado
Hermes Cipriano	Antônio de Faria	Estimular a diversificação da produção e possibilitar o acesso ao mercado

O PAA permite o acesso a variados segmentos de agricultores familiares e uma das exigências para a participação no PAA é a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que reconhece o agricultor como agricultor familiar. De acordo com os assentados, a DAP torna-se um facilitador para acessar o PAA no sentido de identificação do agricultor. Por outro lado, a obtenção da DAP consiste num

processo burocrático que é difícil para os assentados. Davi Barbosa sintetizou bem essa tensão quando afirmou que o DAP:

É um facilitador na parte de identificação, mas é impeditivo quanto à burocracia para sua emissão. O DAP às vezes atrapalha, porque veja muitas famílias querendo acessar o PAA, mas não conseguem porque o órgão (responsável) não está emitindo o DAP. (Davi Barbosa, do Assentamento Che Guevara).

As dificuldades encontradas pelos assentados para obter a DAP está relacionada ao INCRA, órgão responsável pela emissão e garantia do oferecimento de assistência técnica. Segundo Hermes Cipriano:

Só se acessa o PAA com uma DAP, então a DAP é um documento importante. O problema não está nas exigências, mas está nas estruturas do governo federal. A dificuldade do INCRA de emitir a DAP acontece porque vários assentados que não têm assistência técnica, e quem pede a DAP é a equipe de assistência técnica aí se o assentado não tem assistência técnica, como é que ele vai pedir a DAP? (Hermes Cipriano, Assentamento Antonio de Faria).

Deste modo a emissão da DAP deveria ser um processo simples, uma vez que o assentado possuindo assistência técnica o pedido seria fácil, mas na prática não é, devido ao fato de que muitos assentados não terem disponível esta prestação de serviço nos assentamentos, o que implica em dificuldades para o INCRA emitir o documento. Assim, a emissão da DAP se constitui numa das principais barreiras para o acesso ao PAA devido ao lento processo de aquisição do documento. Para Renilda Ramos, o INCRA mostra-se ineficiente quanto à emissão da DAP e quando é questionado sobre as dificuldades de obtenção pelos assentados, o órgão não apresenta propostas para solucionar o problema.

Outro dado relevante é sobre a realização do projeto PAA via CONAB. Na visão do coordenador de Hermes Cipriano, a confecção do projeto de venda que deve ser enviado para a CONAB apresenta dificuldades para ser realizado devido:

A gestão desses projetos exige técnicos porque cada DAP tem um limite de comércio. Esse limite de comércio tem de ser controlado através da DAP.

Então muitos agricultores não têm formação suficiente para isso (Hermes Cipriano do assentamento Antônio de Faria)

Deste modo, o auxílio de técnicos para a aprendizagem dos assentados sobre o projeto de venda do PAA é importante, e a inexistência deste tipo de suporte dificulta os esforços das organizações.

### **3.5.1. As dificuldades enfrentadas pelos assentados na prática do associativismo incentivado pelo PAA.**

O PAA dentro de suas atribuições teria como objetivo estimular a prática do associativismo entre os agricultores. As modalidades do PAA possuem critérios para a participação, os quais implicam na exigência de que os agricultores estejam inseridos em organizações formais, tais como associações ou cooperativas (DECRETO Nº 7.775, 2012). Assim, a prática do associativismo torna-se um dos principais critérios de acesso ao PAA. Entretanto, existem inúmeras dificuldades para que os assentados internalizem este tipo de prática social (Tabela 10).

**Tabela 10 - Dificuldades enfrentadas pelos assentados para praticar o associativismo**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Principais dificuldades para praticar o associativismo</b>
Alcimaro Martins	Zumbi dos Palmares- núcleo IV	Falta de credibilidade na associação.
Renilda Ramos	Francisco Julião	Não possuem dificuldades para trabalharem no coletivo.
Davi Barbosa	Che Guevara	Associativismo encontra dificuldades devido à cultura local.
Adail Santos	Francisco Julião	Não possuem dificuldade em trabalhar no coletivo.
Hermes Cipriano	Antônio de Faria	Não possuem tradição nas práticas do cooperativismo e do associativismo.

De acordo com Hermes Cipriano, a principal barreira, para os assentados desenvolverem o associativismo seria a influência da cultura local. Segundo Cipriano:

É a questão cultural, pois não existe tradição nenhuma em cooperativismo e associativismo aqui né, quando se tenta fazer isso aqui existe uma atuação violenta por parte do poder municipal em cooptar as entidades, em distorcer os seus propósitos (Hermes Cipriano assentamento Antonio de Faria).

### **3.5.2 Condições dos assentados fornecerem alimentos as instituições ligadas do PAA**

Um aspecto neste estudo que merece atenção são as possibilidades de fornecimento de alimentos para o PAA pelos assentados nas quantidades e dentro do prazo estipulados pelas entidades beneficiadas. Neste sentido, os relatos obtidos junto às lideranças entrevistadas sugerem que os assentados atualmente não possuem condições de fornecer alimentos para as entidades participantes do PAA devido às diversas barreiras.

Para Davi Barbosa, há uma grande dificuldade dos assentados de fornecerem alimentos às instituições beneficiadas pelo PAA porque não há uma política que apóie o agricultor para que este possa produzir, e posteriormente seja capaz de entregar a produção nas quantidades adequadas, e obedecendo as datas solicitadas pelas instituições interessadas em receber a sua produção. Neste sentido, a falta de apoio governamental impacta de forma negativa os assentados, criando mais uma barreira para o acesso efetivo ao PAA.

Por outro lado, Hermes Cipriano diz que produzir não é o problema porque os assentados conseguem produzir em quantidade satisfatória possibilitando o fornecimento de alimentos às entidades que participam do PAA. Entretanto, existe a dificuldade de escoar a produção. Neste sentido, os assentados buscam estratégias para solucionar o problema do escoamento para garantir o acesso ao mercado.

Uma das saídas utilizadas pelos assentados do Francisco Julião é a prática do rodízio da produção entre os assentados, o que garante o fornecimento contínuo de produtos, e contribui para participação ao PAA. Diante deste contexto, os assentados do Francisco Julião, que participam do PAA, estão produzindo dentro de níveis significativos, o que torna imprescindível a entrega contínua dos alimentos devido ao risco de ocorrer a perda da produção. O caso do Assentamento Francisco

Julião é singular, pois os seus assentados participam da modalidade “Doação Simultânea” e também fornecem para a Prefeitura de Cardoso Moreira. Entretanto, há uma percepção coletiva de que o preço pago não é atrativo para os assentados, segundo alegou Renilda Ramos, o que acaba se tornando um desincentivo para os assentados permanecerem fornecendo sua produção para o PAA.

### **3.5.3 As dificuldades existentes para a adoção de práticas agroecológicas sugeridas pelo PAA**

O PAA dentro de seus objetivos busca incentivar a prática da produção orgânica e agroecológica com o objetivo de garantir a produção de alimentos saudáveis para serem consumidos por pessoas que sofrem de insegurança alimentar e nutricional. Neste sentido, o CONSEA (2004) aponta que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) direcionada ao campo une elementos fundamentais como a terra, a mão de obra e, principalmente, para atender a demanda por alimentos. Deste modo, a Segurança Alimentar e Nutricional contribui para produção de alimentos, mas não assegura que os alimentos sejam cultivados sem adição de insumos químicos (e.g., fertilizantes e agrotóxicos).

No caso dos assentamentos estudados, a partir das visitas de campo e da coleta de dados, foi verificado que as práticas agroecológicas são ainda minoritárias, pois existe o uso frequente de agrotóxicos. Por outro lado, Davi Barbosa esclareceu que há um esforço em curso para ampliar o número de agricultores envolvidos nas práticas agroecológicas. Segundo Davi Barbosa:

O MST tem debatido muito isso nos seus processos de formação política (nos assentamentos), dando importância a uma produção sadia, sem agrotóxico, sem veneno, né. Isso é uma coisa assim que está dentro da nossa formação, vamos dizer assim (Davi Barbosa do assentamento Che Guevara).

Outro fator que influencia os assentados a utilizarem agrotóxicos é a dificuldade para comercializarem alimentos sem agrotóxico, devido ao preço ser mais alto para o consumidor, e também existe a dificuldade de escoar a produção para locais em que há consumidores dispostos a pagarem o preço sugerido para produtos orgânicos. Entretanto, Hermes Cipriano argumentou que a diminuição no

uso de agrotóxico ocorrerá quando houver melhorias na comercialização da produção dos assentamentos rurais, a partir do aumento do acesso dos assentados a programas direcionados à comercialização agrícola.

Deste modo, o acesso aos programas governamentais como o PAA pode ser um estímulo fundamental tanto para a comercialização agrícola, como para a diminuição do uso de agrotóxico nas lavouras, pois o propósito desses programas é justamente incentivar a produção de alimentos saudáveis.

### **3.6 O papel do poder público municipal na viabilização do PAA dentro dos assentamentos**

Nesta seção será realizada uma análise sobre o papel do poder público municipal na execução do PAA, e as tensões que surgem neste processo com os assentados e suas organizações comunitárias. O objetivo desta análise é identificar as principais medidas tomadas pelo poder público municipal para a execução do PAA, e quais são os objetivos dessas ações na implementação do programa. Neste sentido, além de obter informações com as lideranças dos assentamentos, também foram realizadas entrevistas com representantes do poder público nos municípios de Cardoso Moreira e Campos dos Goytacazes.

#### **3.6.1. Gestores públicos e as ações em curso para fortalecer os processos de produção e comercialização nos assentamentos de reforma agrária**

Um aspecto utilizado nesta pesquisa foi identificar as ações executadas pelo poder público municipal de Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira em prol dos assentamentos rurais de Reforma Agrária. Neste sentido, buscou-se informações acerca das prioridades dos recursos públicos municipais junto aos representantes públicos dos municípios onde estão distribuídos os assentamentos estudados. As informações obtidas junto aos representantes públicos, principalmente os de Campos dos Goytacazes apontou para o desconhecimento de como isto é executado. Já no que se referiu à opinião sobre a importância dos assentamentos de reforma agrária, os representantes de Campos dos Goytacazes, Sra. Danielli Quilici e João, não souberam informar qual seria. Já o secretário municipal de Agricultura de Cardoso Moreira afirmou que os assentamentos rurais contribuem para a agricultura do município.



Em relação aos programas federais criados para incentivar a comercialização agrícola da agricultura familiar, tanto a Sra. Danielli Quilici como o Sr. João da Rocha Corrêa não souberam fornecer informações. Em Cardoso Moreira o secretário municipal de Agricultura afirmou que a Prefeitura fornece: maquinários, mudas e sementes e participam do PAA e do PNAE nos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes, onde existiriam 15 assentados envolvidos no fornecimento de produtos para o PAA e 08 para o PNAE.

No que diz respeito às ações do poder público municipal de Campos dos Goytacazes para melhoria da produção agrícola dos assentados, estas visam ampliar a participação no PAA. Segundo a Sra. Danielle Quilici:

O trabalho que a gente vai ter com os assentados é para incentivar realmente que o PAA funcione, e que esses produtos consigam chegar para atender a Secretaria de Educação através do PNAE e do PAA, incentivando a produção. Mas tudo isso é feito através da Secretaria de Agricultura, pois nós não temos insumos nem maquinários (Danielli Quilici coordenadora da Segurança Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes).

A Sra. Quilici explicitou que a execução do PNAE e PAA também depende da Secretaria de Agricultura e Pesca do município, pois esta secretaria seria responsável por disponibilizar recursos para a aquisição de insumos que são indispensáveis para a produção agrícola. No caso de Cardoso Moreira, o trabalho realizado pela Secretaria de Agricultura estaria voltado para a melhoria da produção agrícola dos assentamentos através da entrega de sementes e mudas. Além disso, o Sr. Rondinelli Givigi afirmou que a Prefeitura de Cardoso Moreira auxilia na execução do PAA e do PNAE, basicamente com a disponibilização de três caminhões para viabilizar o escoamento da produção agrícola. Já em relação ao apoio à criação de cooperativas de beneficiamento de alimentos nos assentamentos rurais, a Sra. Danielle Quilici afirmou desconhecer qualquer ação nesse sentido por parte da Prefeitura, apesar de ocupar o cargo desde 2009. De modo similar a Campos dos Goytacazes, também em Cardoso Moreira não foram identificadas ações para apoiar a criação de cooperativas de beneficiamento por não possuírem condições para tal.

No tocante ao envolvimento da Prefeitura de Campos dos Goytacazes na execução do PAA e do PNAE, o Sr. João da Rocha Corrêa indicou que esses programas são a única forma de garantir que o agricultor venda a produção para o

município, mas para garantir que esse envolvimento seja viável seria necessário resolver três fatores básicos: qualidade, quantidade e continuidade. É que segundo o Sr. João da Rocha Corrêa, para viabilizar os contratos com o município há que se ter produto em quantidade, nas épocas corretas de fornecimento e com um padrão mínimo de qualidade, características que ainda não são possíveis dentro dos assentamentos.

Em relação à execução do PNAE em Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira, existe distinção quanto ao acesso de agricultores assentados ao programa. De acordo o secretário de Agricultura de Cardoso Moreira, o Sr. Rondinelli Givigi, existe a participação dos agricultores assentados no programa, mas devido à dificuldade de aquisição das DAPs, o PNAE não incluiu uma grande quantidade de assentados. Já em Campos dos Goytacazes, segundo o Sr. João da Rocha Corrêa, inexistente a participação de agricultores assentados no PNAE, pois o município alega que a produção agrícola dos assentamentos rurais não possui a qualidade exigida pelo programa. Em um contraponto a essa noção de que os assentados é quem deveria cuidar do aspecto da qualidade, o Sr. Rondinelli Givigi afirmou que os alimentos fornecidos ao PAA pelos assentados não são beneficiados por falta de recursos financeiros da Prefeitura de Cardoso Moreira.

### **3.6.2 A Lei para compra de gêneros alimentícios destinados à rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes-RJ**

A Lei 8.334, que foi aprovada pela Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes em 26 de abril de 2013, autoriza a compra da produção agrícola de agricultores familiares para a merenda escolar, de acordo com a legislação do PNAE. Esta lei está em acordo com a Lei Federal 11.947/2009 que determina que 30% da verba da merenda escolar seja utilizada para a aquisição de alimentos diretamente de agricultores familiares. Um fato importante da Lei 8.334/2013 é que esta dispensa a licitação das compras, e que os agricultores forneçam somente de forma coletiva por meio de cooperativas.

O secretário de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes, Sr. Eduardo Crespo, afirmou em entrevista no dia 07/05/2013 ao Jornal Folha da Manhã que a Secretaria de Agricultura irá dialogar junto à Secretaria de Educação para elaborarem estratégia que viabiliza que os alimentos fornecidos pelos agricultores

familiares estejam de acordo com o cardápio das escolas, obedecendo inclusive às condições de segurança, acondicionamento e transporte adequados para alimentos<sup>10</sup>. O secretário Eduardo Crespo ressaltou que o município de Campos dos Goytacazes possui enorme potencial de produção, pois são 4.000 agricultores familiares. Entretanto, como já apontado pelas lideranças dos assentamentos, a principal dificuldade encontrada pelos agricultores é obter a DAP, o que, segundo o Sr. Eduardo Crespo, diminuiria o número de potenciais habilitados para participar do PAA para apenas 900 produtores.

Para as lideranças entrevistadas, a Lei aprovada em Campos do Goytacazes não contempla os assentamentos rurais, pois acreditam que a aprovação da lei, de fato não garante a sua execução. Na fala do Sr. Davi Barbosa, a Lei 8.334/2013 não significa nenhum avanço prático para os agricultores assentados. Para corroborar a sua compreensão, o Sr. Barbosa informou que:

Nós participamos de uma chamada pública, acho que foi lançada em 2009, 2010, e vários produtos de companheiros nossos estava sem agrotóxicos. Tentamos falar com a Secretaria de Agricultura e com outros atores do poder público para que nos garantissem a logística, minimamente a logística e equipamentos agrícolas para que a gente pudesse fazer o calendário agrícola. E isso não foi feito. Essa lei, ela tinha que vir quando tivesse uma política voltada para o fortalecimento da agricultura familiar (Davi Barbosa assentamento Che Guevara).

A posição expressa pelo Davi Barbosa sobre a Lei 8.334/2013 foi de insatisfação, pois na opinião dele o poder público deveria inicialmente fortalecer a agricultura familiar, principalmente nos assentamentos de reforma agrária. Outro aspecto da lei que foi criticado é a semelhança com a Lei Federal nº 11.947/2009, que trata do atendimento da alimentação da educação básica e autoriza a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Para Hermes Cipriano, o poder

---

<sup>10</sup> No decorrer da pesquisa foram feitos diversos pedidos de entrevista ao secretário de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes com o objetivo de coletar informações sobre o estado de execução do PAA, mas não ocorreu em função de alegados e repetidos problemas de agenda. Para superar esta deficiência, uma entrevista foi realizada com a Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Campos dos Goytacazes, Sr<sup>a</sup> Danielli Quilicci, e com um técnico da EMATER, Sr. João da Rocha Corrêa.

público só estaria “querendo se apropriar de uma lei federal que já existe, mas que não quer implementar.” Para o Sr. Cipriano, a Lei 8.334/2013 seria então desnecessária, e o município deveria apenas cumprir a lei federal. Já para a chefe da SAN, Danielli Quilici, a lei municipal foi elaborada para possibilitar que os agricultores familiares consigam fornecer alimentos para a merenda escolar do município, pois a Prefeitura de Campos dos Goytacazes não compra de produtores do próprio município, mas sim de produtores de outros estados.

### **3.6.3 Esforços em nível de governo para melhorar a execução do PAA e do PNAE em Campos dos Goytacazes**

De acordo com Vieira (2008), para a correta execução do PAA é necessário que haja a participação de Conselhos Municipais, pois estes visam garantir a segurança alimentar. Neste sentido, a formação de um grupo gestor em âmbito municipal é fundamental para que sejam criadas as condições favoráveis à execução do PAA. Neste sentido, com base no depoimento da Sra. Danieli Quilici, ficou aparente que os gestores das secretarias de Educação e da Família e Assistência social possuem um conhecimento mínimo sobre o funcionamento do PAA e do PNAE.

Entretanto, ao longo deste estudo foi identificado que a formação do Grupo Gestor do PAA em Campos dos Goytacazes estaria em fase de concretização, e que do lado do governo municipal haveria a participação de representantes das secretarias que possuem algum nível de envolvimento com a área da alimentação, tais como: Agricultura, Educação e Meio Ambiente e Saúde<sup>11</sup>. A formação do Grupo Gestor tem o objetivo manifesto de articular ações para a realização do PAA. A Sra. Danieli Quilici argumentou que:

Esse grupo gestor precisa ser criado para que a gente possa trabalhar dentro dos critérios do PAA, pra que todo mundo articule porque na verdade quando você fala em poder público, cada um vai ter sua ação específica. (Danielli Quilici coordenadora da SAN em Campos dos Goytacazes).

---

<sup>11</sup> Apenas em 06 de junho de 2014, o *site* da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes lançou uma chamada para interessados em compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Acesso [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=1425](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1425)

Deste modo, com a criação do Grupo Gestor, as ações das secretarias no município de campos dos Goytacazes deverão deixar de ser isoladas, segundo o que afirmou Sra. Danielli Quilici:

Uma ação isolada, aqui na Secretaria de Assistência, não contempla nem o produtor, nem propriamente a realidade que a agricultura pode estar dando para eles, porque se eles precisam de maquinário, se eles precisam de semente, a gente não pode fazer uma ação isolada sem saber o que a agricultura pode tá providenciando (Danielli Quilici coordenadora da SAN em Campos dos Goytacazes).

Por outro lado, a Sra. Danielli Quilici argumentou que por causa da falta de conhecimento por parte do agricultor em relação aos prazos de legalidade dos processos para aprovação de edital para projetos ligados ao PAA, o sistema funciona de forma lenta, e o envio de proposta para projetos necessita aguardar o retorno por parte dos órgãos responsáveis. Assim, esta morosidade dificultaria a execução de projetos, enquanto que as ações realizadas pelo governo municipal exigem um tempo mais curto para serem realizadas.

Já o Sr. João da Rocha Corrêa ressaltou que as ações executadas pela Secretaria de Agricultura e Pesca para a realização do PAA no município de Campos dos Goytacazes serão feitas a partir do “**Projeto Campos Produz Mais**”, que propõe uma parceria com órgãos como a EMATER para viabilizar a execução do PAA e do PNAE. Nessa via, no dia 29 de outubro de 2013 ocorreu um encontro na sede do SEBRAE em Campos dos Goytacazes, organizado pela Secretaria de Agricultura e Pesca, e que contou com a presença de representantes de órgãos públicos, tais como: EMATER/RJ, SEBRAE, das secretarias da Família e Assistência Social e de Educação, da UENF e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)<sup>12</sup>. Neste evento, foi discutido a situação da agricultura no município através de um diagnóstico realizado pela secretaria de agricultura e pesca que apontou as oportunidades e barreiras para o produtor na execução do PNAE e PAA no município.

---

<sup>12</sup> O SESCOOP é uma entidade que presta consultorias na área de formação e legalização de cooperativas.

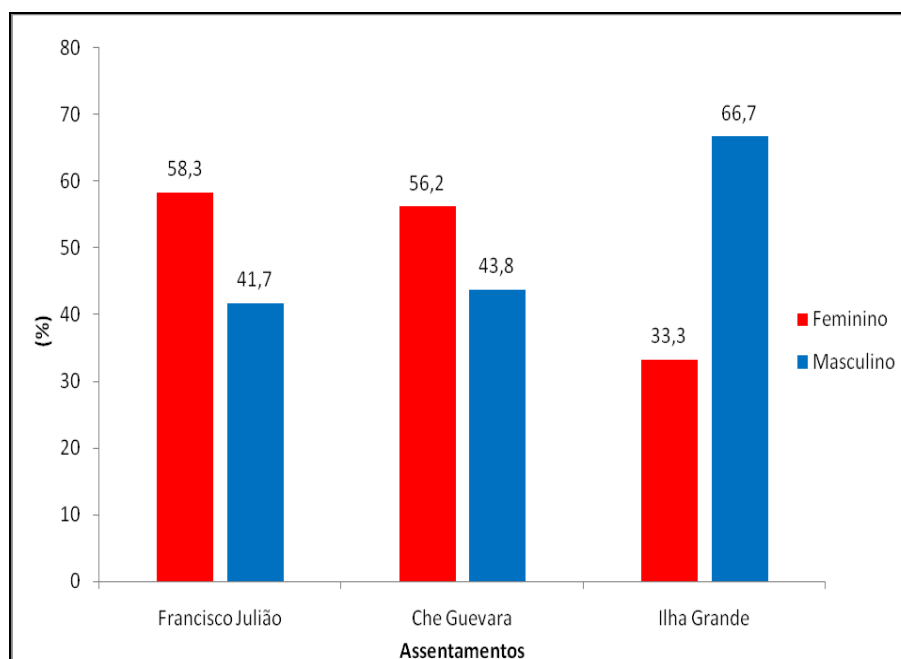
Outra iniciativa que em tese visa apoiar os agricultores familiares de Campos dos Goytacazes para participar do PAA e PNAE é a criação da Unidade de Apoio à Agricultura Familiar (UADAF), que é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e que possui uma dotação orçamentária de R\$ 450.000,00 com data limite de execução para agosto de 2014. A UADAF possui o objetivo declarado de apoiar cooperativas e associações para fornecerem a produção agrícola para os programas PAA e PNAE, onde os alimentos devem ser beneficiados para ter um tempo maior de prateleira. A localização da UADAF também será estratégica, pois deverá ficar localizada próximo ao antigo entreposto do CEASA, em um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

## CAPITULO 4 - AS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E BARREIRAS DOS ASSENTADOS NO ACESSO AO PAA

Neste capítulo, serão discutidos os principais aspectos referentes à organização social, aspectos produtivos e comerciais dos assentados. O objetivo desta discussão é identificar as principais potencialidades dos assentamentos rurais e verificar o nível de conhecimento dos assentados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos assim como, as principais dificuldades que enfrentam para acessarem o programa.

### 4.1 Aspectos demográficos

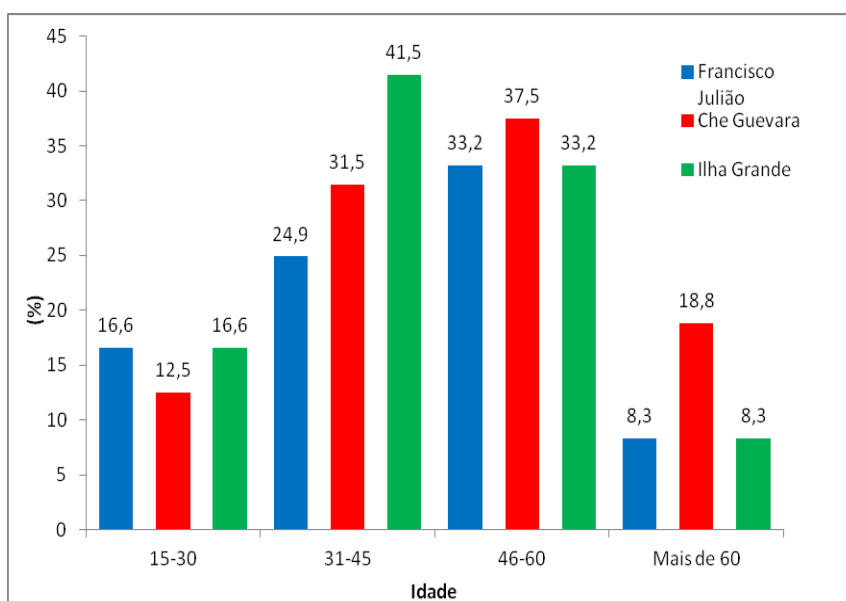
Em relação às características de gênero nas amostras obtidas nos assentamentos estudados, os resultados mostram que nos assentamentos Francisco Julião com (58,3%) e Che Guevara (56,2%) respectivamente possuem um quantitativo feminino superior ao masculino (Figura 3)



**Figura 3 - Composição de gênero dos entrevistados por assentamento (%).**

Outro aspecto importante se refere à composição etária dos lotes amostrados, pois os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara apresentam um número significativo de indivíduos com idades a partir de 46 anos, sendo que no Che

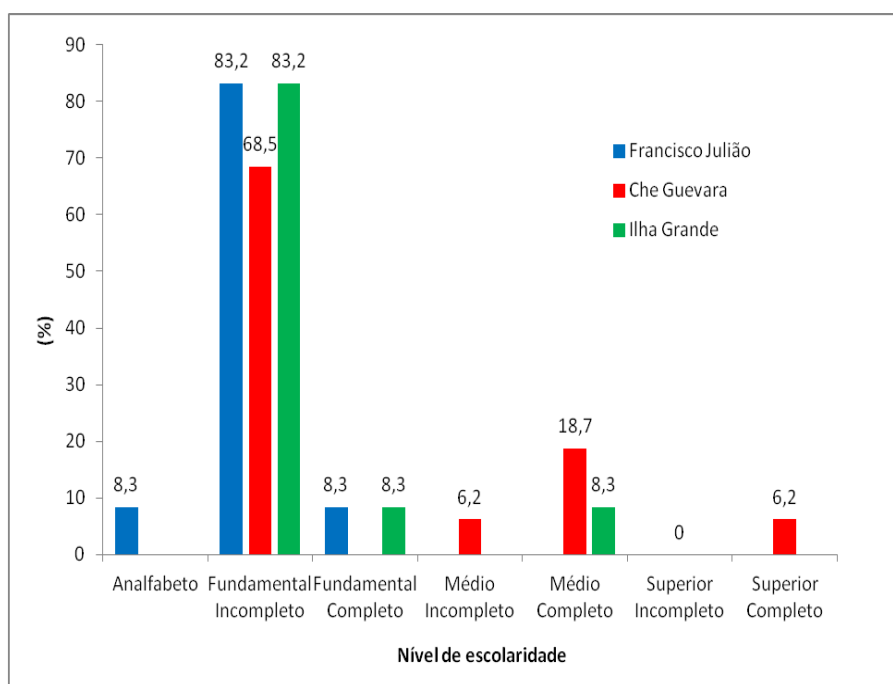
Guevara o percentual de assentados com idade acima de 60 anos é relativamente Alto (Figura 4)



**Figura 4 - Composição etária dos entrevistados por assentamento (%).**

A questão etária é importante principalmente para o engajamento em atividades que requeiram um nível alto de empenho por parte dos assentados, como é o caso da participação em programas como o PAA e o PNAE.

Outra variável analisada foi o nível de escolaridade dos assentados que é muito baixa nos três assentamentos estudados (Figura 6).

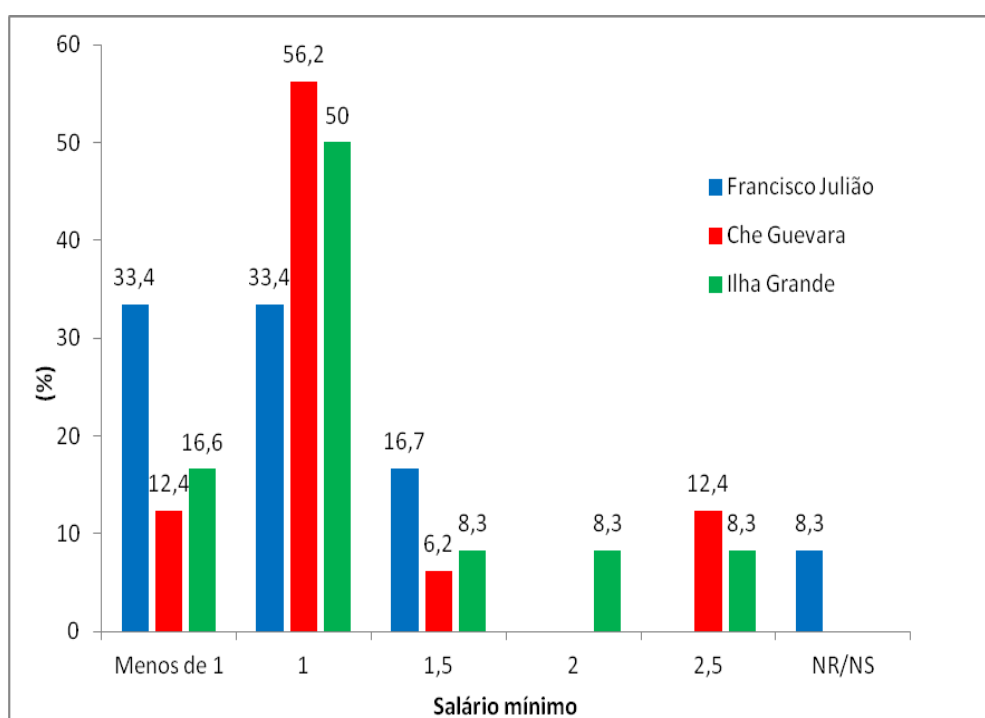


**Figura 5 - Nível de escolaridade dos assentados.**



Ainda que os dados educacionais estejam em acordo com a situação das áreas rurais brasileiras, o fato de que há pouca educação formal entre os assentados é significativo, na medida em que parte das dificuldades apontadas pelas lideranças entrevistadas se dá justamente no campo da formalização das atividades, como é o caso da obtenção da DAP.

Já no que se referiu à renda das famílias assentadas incluídas na amostra, os resultados também apontam para um padrão bastante homogêneo, com a maioria das famílias recebendo até 1 S.M. (Figura 6).



**Figura 6 - Renda média das famílias assentadas.**

Ainda que a renda nominal seja apenas uma referência, parte do problema pode ser associada ao fato de que algumas das culturas agrícolas predominantes já não possuem preço elevado no mercado, e ao serem vendidas para os atravessadores são feitas em grandes quantidades, o que provoca uma queda do preço. Outro aspecto relacionado à renda das famílias assentadas incluindo também o autoconsumo refere-se ao recebimento de ganhos vindos de programas governamentais, pois foi identificado que existe um índice elevado de famílias assentadas que não recebem nenhum tipo de benefício social. Uma exceção neste

caso é o Assentamento Francisco Julião onde existem famílias que recebem a chamada “Bolsa Família” por causa da existência de um grande número de jovens.

#### 4.2 Principais aspectos da organização social nos assentamentos rurais

Um fator que normalmente é utilizado para avaliar o grau de engajamento coletivo nas ações realizadas para dinamizar a vida dentro dos assentamentos é a existência de associações e da participação dos assentados em seu funcionamento. No caso dos assentamentos estudados, o nível declarado de participação ultrapassou 80% nos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, e atingiu 66% no Francisco Julião. Além disso, a justificativa dada pela maioria para participar das associações seria a obtenção de melhorias na infraestrutura e na comercialização da produção. Entretanto, a maioria dos assentados reconheceu que sua participação se resume às reuniões, sem que isto signifique necessariamente um engajamento ativo nas ações realizadas pelas lideranças. Outro aspecto importante na compreensão da organização social dos assentamentos rurais do Norte Fluminense está relacionado à forma como os assentados veem as ações desenvolvidas pelas associações (Figura 7).

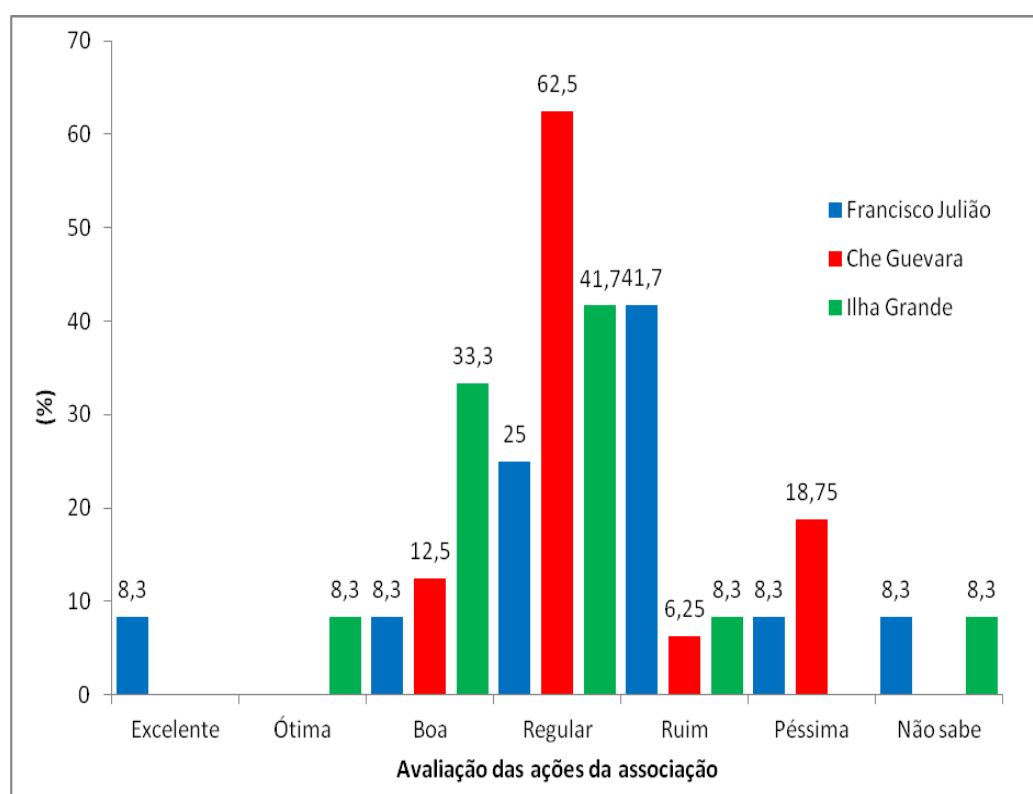
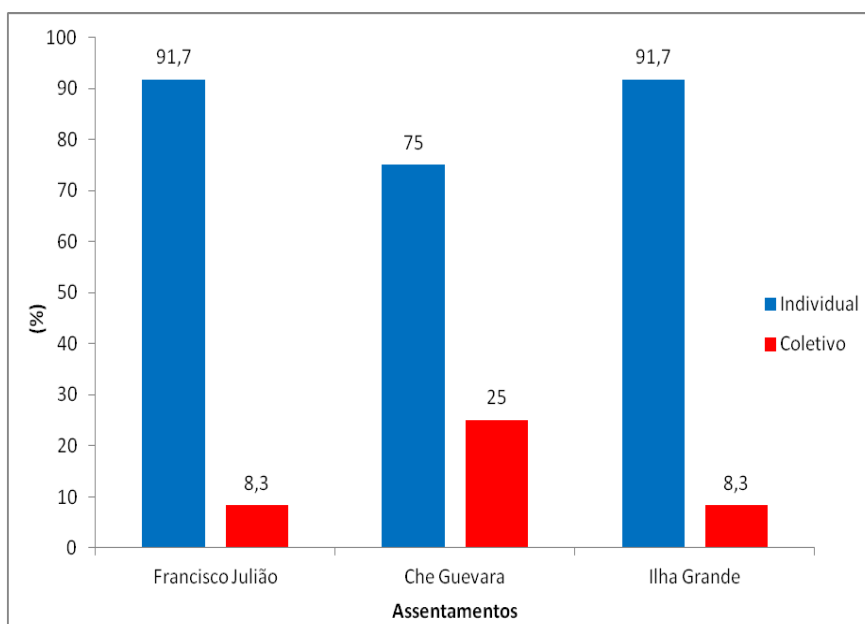


Figura 7 - Avaliação das ações das associações por assentamento (%).

É interessante notar que ao mesmo tempo em que reconhecem que não participam ativamente, os assentados são altamente críticos em relação à qualidade das ações desenvolvidas pelas associações. Este fato pode refletir tanto em um distanciamento das direções em relação aos assentados ou ainda ao fato de que a existência das associações não é internalizada pelos assentados como sendo uma responsabilidade coletiva. Outra possível explicação foi dada pelo Sr. Davi Barbosa, presidente da associação do Assentamento Che Guevara, os assentados são influenciados por agentes externos, e isto impacta negativamente na organização coletiva, ocasionando descrença quanto aos esforços realizados pela associação na melhoria da comercialização. Segundo Davi Barbosa, outro elemento que contribui para as famílias assentadas acreditarem que as ações são insuficientes é o imediatismo, os assentados esperam resultados rápidos das ações realizadas pela associação, e quando isto não ocorre também surge a descrença.

#### 4.3 Formas de trabalho e a questão da assistência técnica nos assentamentos

De forma a analisar as formas de trabalho desenvolvidas pelos assentados nas lavouras, a coleta de dados buscou especificar quais as formas de trabalho são utilizadas pelos assentados na execução do cultivo nas lavouras (Figura 8).



**Figura 8 - Formas de trabalho na lavoura.**

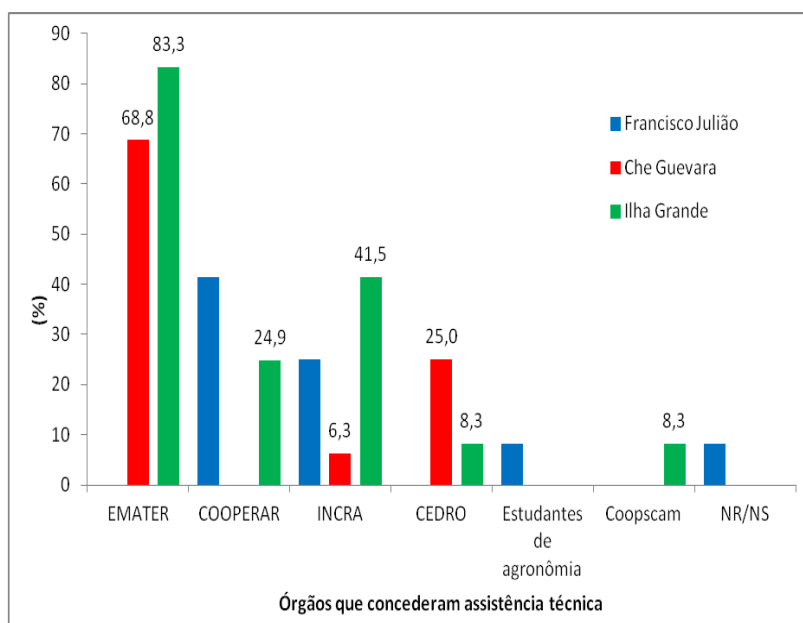
Os resultados apontam que nos assentamentos estudados predomina o trabalho individual, ainda que estejam ocorrendo formas coletivas de atuação. Uma

das razões para a execução do trabalho individual seria a falta da cultura do cooperativismo e associativismo entre os assentados, mas também poderia haver uma influência da questão etária. Nesse sentido, Davi Barbosa apontou que:

Várias das pessoas que estão hoje com seus lotes são pessoas que estão na faixa etária de idade elevada; então, muitas coisas a gente não consegue desenvolver coletivamente respeitando até a limitação física de cada um.

Ao predomínio do trabalho individual é acrescentado o problema da escassez de mão de obra devido ao trabalho agrícola não ser bem remunerado, levando principalmente os jovens a buscarem oportunidades nas áreas urbanas. Esta situação acaba forçando os assentados a contratarem trabalhadores diaristas. A combinação destes fatores pode representar uma dificuldade adicional para a organização do trabalho dentro dos lotes, seja este individual ou coletivo.

No que diz respeito ao atendimento de assistência técnica nos assentamentos rurais estudados, os resultados mostram que há uma participação diversificada, mas que o alcance das mesmas é bastante variado (Figura 9).

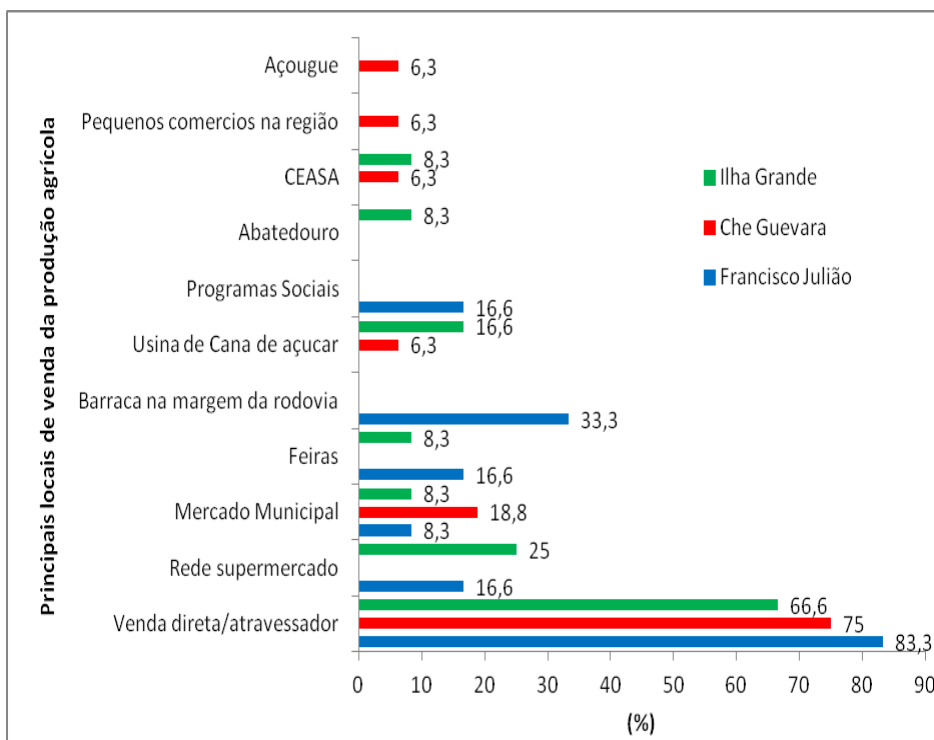


**Figura 9 - Instituições que oferecem assistência técnica nos assentamentos estudados (%).**

Um fato interessante é que enquanto a EMATER está presente de forma evidente em dois assentamentos (Che Guevara e Ilha Grande); esta presença não foi observada no Assentamento Francisco Julião, o que pode estar relacionado ao período mais recente de sua criação. Por outro lado, a presença diferenciada de organizações não governamentais (e.g., COOPERAR, CEDRO, COOPASCAM) pode estar relacionada à atuação técnica do MST, que vem cumprindo esta função, principalmente onde é feito algum tipo de acordo técnico com o INCRA. Por sua vez, o INCRA apesar de ter sido citado, não desenvolve assistência técnica, mas apenas se encarrega de distribuir fomentos e acompanhar a observação das normas legais pelos assentados no que tange ao uso dos lotes.

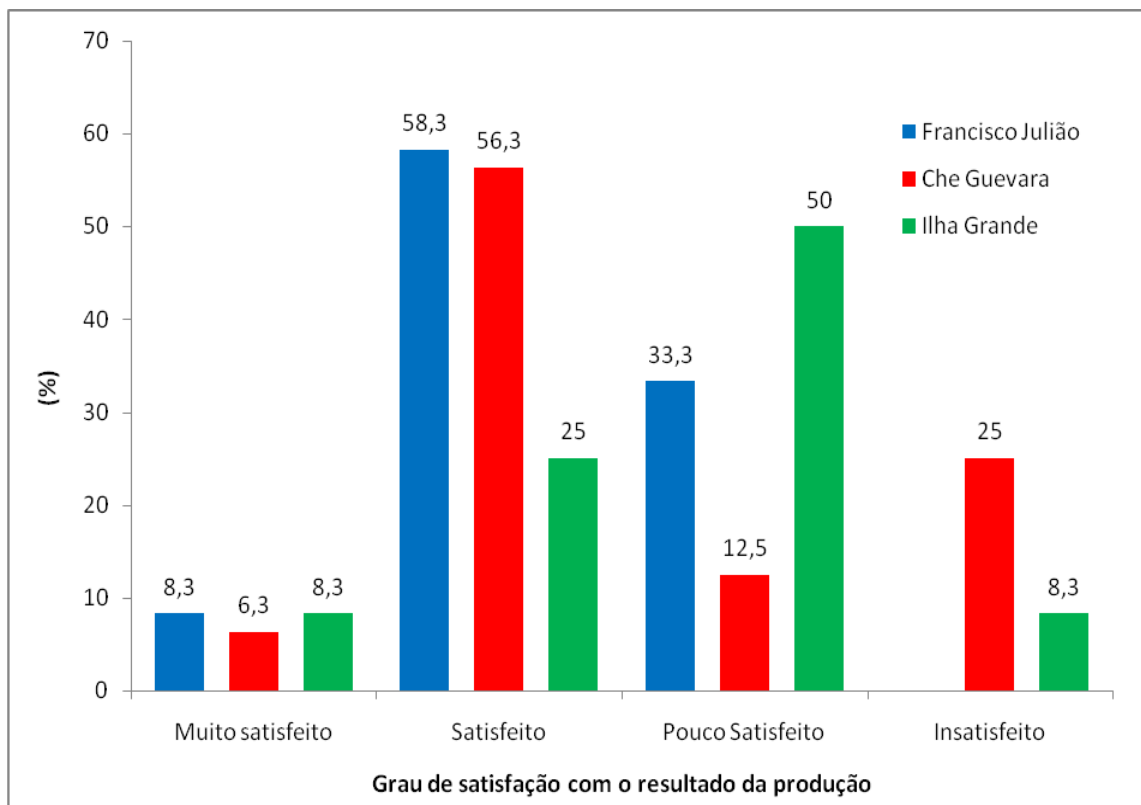
#### 4.4 Os problemas em torno da comercialização da produção agrícola dos assentamentos do Norte Fluminense

Um aspecto importante abordado nesta pesquisa está relacionado aos principais locais de venda da produção agrícola dos assentamentos rurais estudados. Os resultados mostram que os assentados utilizam canais para realizar a venda da sua produção agrícola (Figura 10).



**Figura 10 - Principais locais de venda da produção dos assentamentos estudados (%)**

Ainda que os resultados confirmem a predominância dos atravessadores como principal via de comercialização da produção nos assentamentos estudados, é importante notar que essa influência está sendo contrabalançada por meio do uso de vários canais alternativos (barracas na beira da estrada, fornecimento da produção para rede de supermercados) incluindo a participação em programas como o PAA e o PNAE. Além disso, os resultados apontam uma tendência para o aumento do número de canais de comercialização em função do tempo. Outro resultado interessante, e que confirma o que foi relatado pelas lideranças entrevistadas, é sobre o grau de satisfação dos assentados em relação à produção agrícola obtida que nos lotes é alta em dois dos assentamentos estudados (Figura 11).



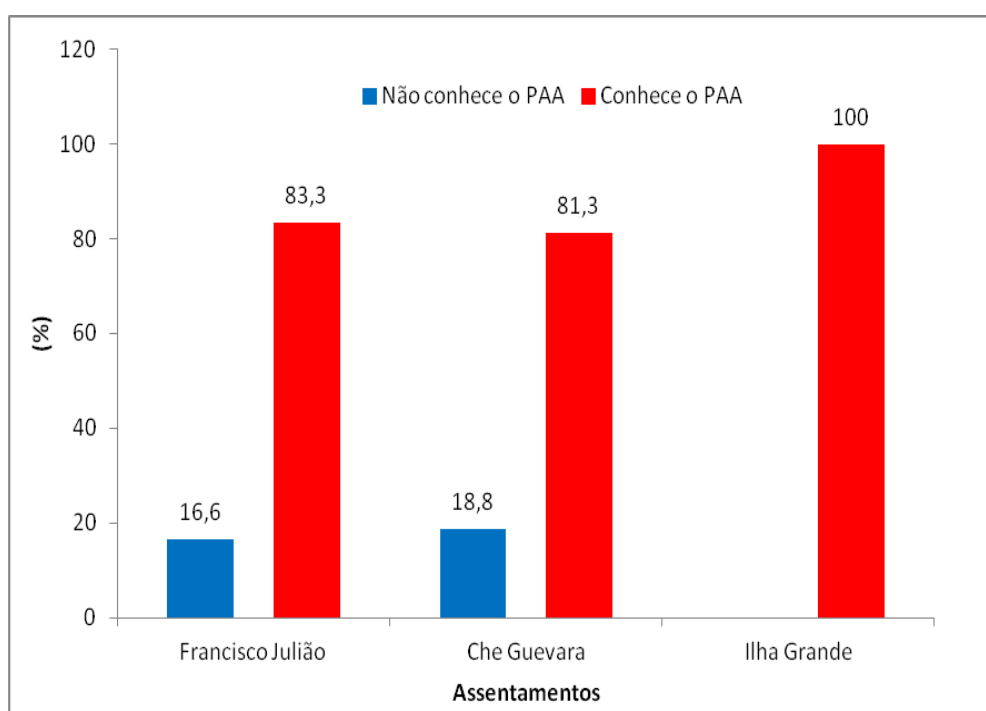
**Figura 11 - Grau de satisfação dos assentados com o resultado da produção agrícola (%)**

No caso do Assentamento Ilha Grande, o descontentamento é mais alto, isto se deveu mais em função das dificuldades relacionadas ao acesso aos implementos agrícolas e à dificuldade de escoamento de produção. Em outras palavras, a insatisfação tem mais que ver com a capacidade de produzir e de vender, do que

com a produção em si. Assim, o que se depreende do conjunto dos resultados é que os assentados entrevistados não estão insatisfeitos com o nível de produção, mas que procuram meios de melhorar o que já está sendo alcançado por eles.

#### 4.5 Conhecimento sobre o PAA e principais barreiras e oportunidades para engajamento dos assentados na sua execução

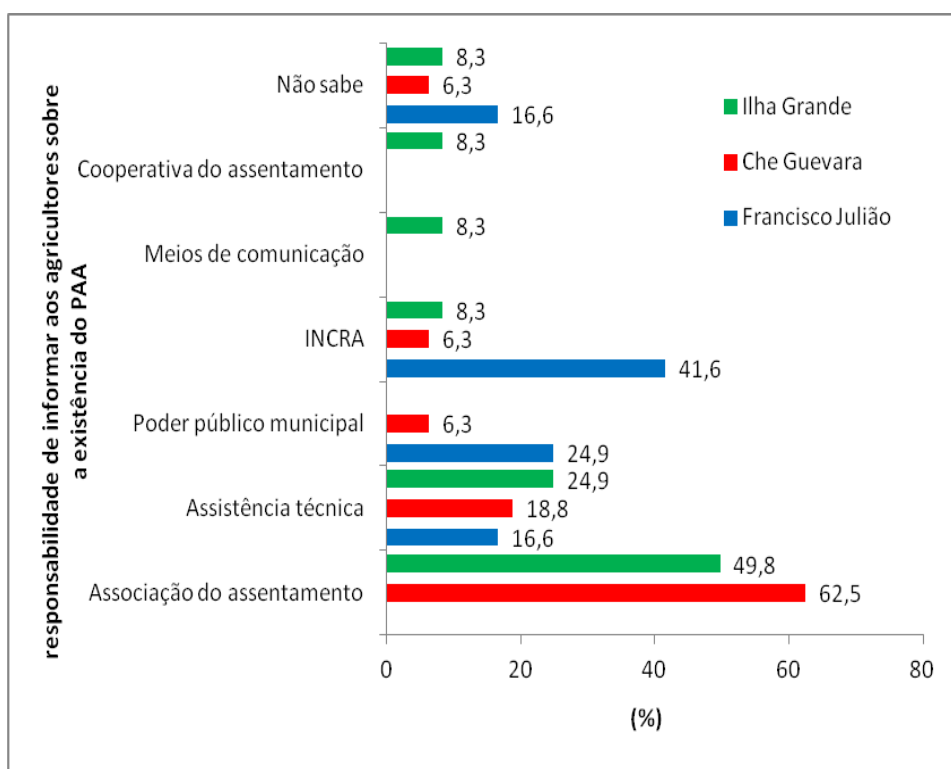
Um elemento primordial para atender os objetivos deste estudo foi o esforço de identificar as principais causas que impedem o acesso dos assentados ao PAA. Os resultados obtidos na amostra de assentados entrevistados indicam que o conhecimento sobre a existência do PAA é bastante alto nos três assentamentos estudados (Figura 12).



**Figura 12 - Nível de conhecimento do PAA entre os agricultores dos assentamentos Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande (%).**

A razão para este alto nível de conhecimento parece ser o trabalho de órgãos como o INCRA e da EMATER, bem como de organizações não governamentais, que vêm informando os assentados sobre projetos e demais ações governamentais direcionadas a atividade agrícola dos assentamentos rurais. Outro aspecto que foi

verificado se referiu por quem os assentados foram informados sobre o PAA (Figura 13).

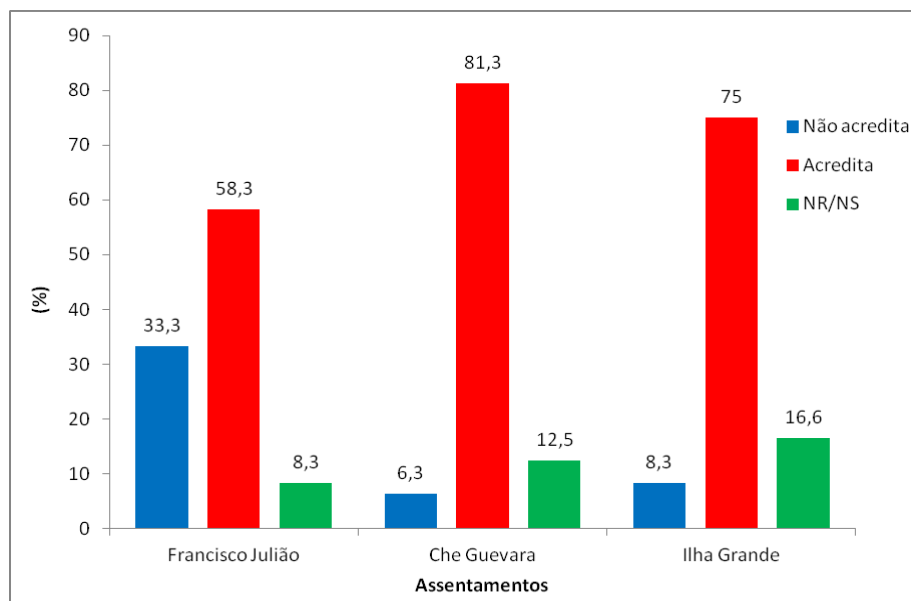


**Figura 13 - Responsabilidade sobre o oferecimento de informações sobre o PAA (%).**

Neste caso, os resultados também parecem indicar que o tempo de consolidação das associações é que determina a sua capacidade de repassar informações relativas ao funcionamento de programas como o PAA. Entretanto, existem outras variáveis envolvidas, tais como a existência de assistência técnica e participação de órgãos municipais. Além disso, é preciso notar que o oferecimento de assistência técnica não é hoje realizado apenas pela EMATER/RJ, mas que organizações não governamentais estão envolvidas neste trabalho.

A pesquisa também procurou verificar o grau de expectativa existente entre os assentados acerca da capacidade de o PAA trazer melhorias para a geração de renda. Nesse sentido, os resultados apontam que a expectativa é majoritariamente positiva (Figura 14).





**Figura 13 - Possibilidade do PAA melhorar a renda mensal dos assentados.**

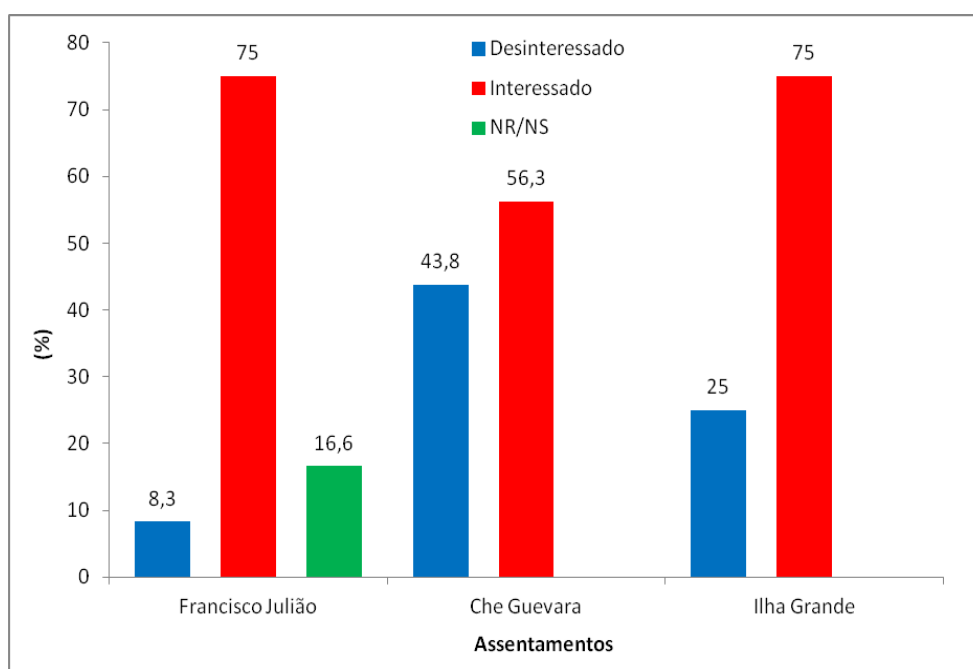
No caso do Assentamento Francisco Julião, a expectativa negativa em torno do PAA se deve aos problemas enfrentados pelos assentados em receber os recursos provenientes da sua participação no programa. Apesar disso, a expectativa ainda é alta, o que demonstra que o potencial para a inserção dos agricultores assentados no PAA ainda persiste, apesar dos problemas existentes em sua execução no município de Cardoso Moreira.

O nível de interesse em aderir ao PAA pode ser explicado por duas questões ligadas ao acesso a novos mercados: a garantia de renda e a independência em relação aos atravessadores (Tabela 11).

**Tabela 11 - Razões apontadas pelos assentados para participar do PAA (%).**

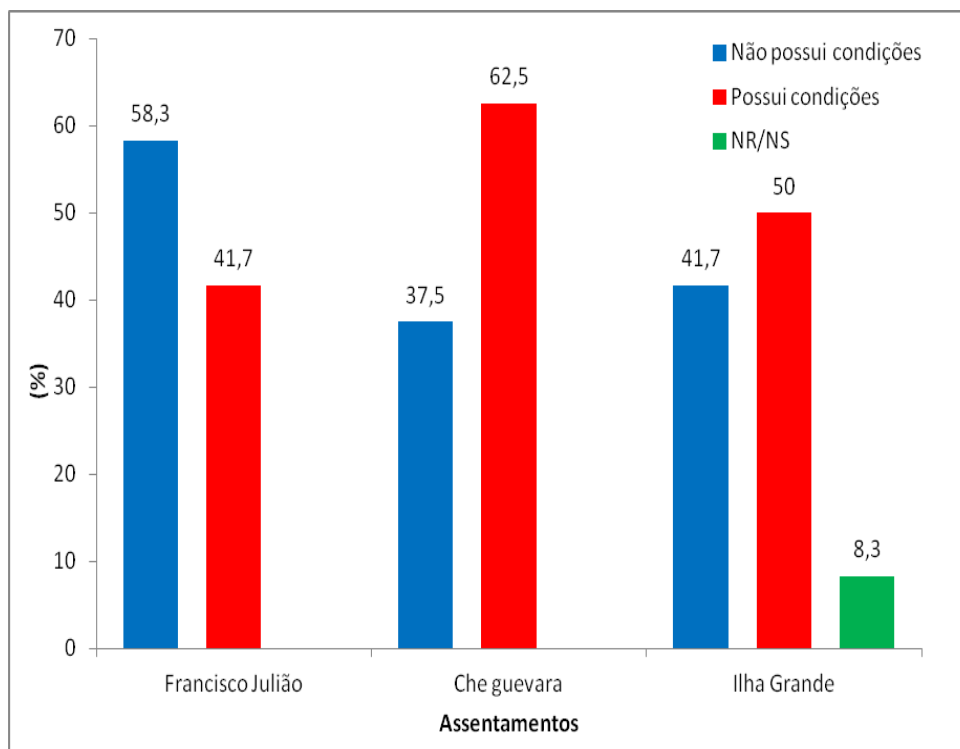
<b>Razão para participar</b>	<b>Francisco Julião (%)</b>	<b>Che Guevara (%)</b>	<b>Ilha Grande (%)</b>
Melhores preços	24,9	25,2	24,9
Renda segura	16,6	6,3	
Independência do atravessador	0,0	18,9	24,9
Garantia de mercado	8,3	18,9	24,9
Mais oportunidades de mercado	8,3	0,0	0,0

Esse conjunto de fatores acaba resultando num nível bastante elevado de interesse em participar do PAA nos três assentamentos estudados (Figura 15).



**Figura 15 - Nível de interesse dos assentados em participar do PAA (%).**

Outro aspecto investigado no tocante ao ingresso dos assentados do Norte Fluminense ao PAA se referiu às condições existentes para fornecer alimentos nas quantidades e qualidade estabelecidas, e dentro dos prazos estabelecidos pelo programa (Figura 16).



**Figura 16 - Capacidade dos assentados de oferecer alimentos em quantidade e qualidade exigidos pelo PAA (%).**

Os resultados parecem confirmar que nos assentamentos mais antigos (i.e., Che Guevara e Ilha Grande) há uma percepção mais forte de que os assentados seriam capazes de atender as regras para a participação no PAA. No entanto, mesmo se considerando o que foi declarado no Assentamento Francisco Julião, fica aparente a disposição de se engajar no PAA.

Finalmente, quando se verificou as causas de indisposição para se engajar no PAA, fatores como a continuidade e o cumprimento de prazos apareceram como os principais empecilhos para um número maior de assentados aderirem. Além disso, os assentados também declararam que a incompatibilidade entre o que produzem e aquilo que é demandado pelos órgãos participantes do PAA é outra barreira importante.

## CONCLUSÕES

Em relação à questão central desta pesquisa, que se refere ao PAA, e às potencialidades e barreiras para sua adoção por assentados de reforma agrária, os resultados apontam que os assentamentos rurais do Norte Fluminense apresentam produção agrícola satisfatória dentro das condições de produção que os assentados possuem. Além disso, os resultados da presente pesquisa indicam que os assentados do Norte Fluminense possuem conhecimento sobre PAA e veem o programa como uma alternativa interessante para melhorar as condições de comercialização de sua produção.

Por outro lado, o estudo demonstra que no interior dos assentamentos rurais existem dificuldades (e.g., falta de infraestrutura e de assistência técnica) que representam barreiras importantes para que esta adesão ocorra no que se refere à garantia de níveis de produção e de qualidade dos alimentos dentro das normas do PAA. Por outro lado, a pesquisa também identificou no plano da organização institucional que contribuem para dificultar o processo de adesão dos assentados ao PAA e ao PNAE. Uma dessas dificuldades e cuja solução depende dos assentados, é a obtenção da DAP, documento que é uma exigência básica para participação de programas como o PAA e o PNAE, e cuja emissão é de responsabilidade do INCRA.

A pesquisa também demonstra que apesar do PAA existir desde 2003, o seu nível de institucionalização é ainda precária nos dois municípios onde se localizavam os três assentamentos estudados. As evidências levantadas sugerem que os órgãos responsáveis pelos assentamentos rurais se mantêm passivos, e possuem ações sem foco para executar o PAA, pois não há existência de um planejamento estratégico que contemple um número maior de assentados no programa. Além disso, soma-se a essa baixa institucionalização dos programas, uma falta de articulação entre diferentes órgãos governamentais pertencentes a diferentes níveis de governo.

Nesse contexto, também ficou demonstrado que não há, no âmbito dos municípios, políticas de apoio à produção dentro dos assentamentos, persistindo apenas ações pontuais que são consideradas como insuficientes e desarticuladoras da organização comunitária. Além disso, os serviços prestados pelo poder público aos assentamentos rurais do Norte Fluminense são insuficientes e acabam criando um círculo vicioso de dificuldades para produzir e também vender a produção

agrícola. Esta ação insuficiente acaba gerando insatisfação por parte dos assentados em relação ao papel do poder público, e principalmente ao papel do Estado como agente de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

Finalmente, para que o PAA possa de fato se tornar uma política pública efetiva, seria necessário o estabelecimento de parcerias entre os órgãos responsáveis pelos assentamentos rurais, o poder público municipal e as organizações criadas pelos assentados. O fato é que sem esta articulação dificilmente o PAA e o PNAE se tornarão ferramentas efetivas de consolidação dos assentamentos de reforma agrária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALBUQUERQUE, Maria, F. M. A Segurança Alimentar e Nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desempenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Ver. Nutr.* Vol. 22 nº 6, p.895-903, nov/dez, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rn/v22n6/v22n6a11.pdf> Acesso em : out. 2013
- ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. *Revista brasileira de política Internacional*, Brasília, vol.44, nº1, Jan/JUN, 2001. Disponível em >[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473292001000100009&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473292001000100009&script=sci_arttext&tlng=es). Acesso em: jan. 2013.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro; KURY, Karla Aguiar (org.). *Desconstruindo o Latifúndio, a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, v. 1, 2011, p. 119-136.
- ARRUDA, Bertoldo k. Grande de, ARRUDA, Ilma. K. Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materna. Infan*, Recife, vol. 7 nº 3, pg. 319-326, jul/set. 2007. Disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v7n3/11.pdf>. Acesso em: fev.2014.
- AQUINO, SILVIA LIMA. *A caminho do campo: As relações entre reforma agrária e migrações rural-urbano e urbano-rural*. Um estudo de caso em campos do Goytacazes-RJ. 2008. 182F. Dissertação (mestrado em Sociologia), CPDA, Rio de Janeiro, 2008.
- BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepções e resultados. *Segurança alimentar e nutricional*, Campinas, vol. 19, nº 2, 94-110, 2012. Disponível em >[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/volume\\_19\\_2\\_2012/19-2\\_artigo-8.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_19_2_2012/19-2_artigo-8.pdf). Acesso em: fev. 2014.

- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e NORDER, Luiz Antônio Cabello. *O que são os assentamentos rurais?* São Paulo: Ed. Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1996.
- BEZERRA e SCHNEIDER. Produção e consumo de alimentos: O papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. *Revista Faz Ciência*, vol. 15, nº 20, pp. 35-61, Jan/Jun 2012. Disponível em: ><http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/891.pdf>. Acesso em: març. 2014
- BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Das finalidades do Programa de aquisição de alimentos.
- BUANAIN, Antonio M., GARCIA, Junior R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores?. In: NAVARRO, Zander; CAMPOS, Silvia Kanadani (Org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013 p. 29-70.
- BURLANDY, Luciene. A construção da Política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal do governo. *Revista Ciência saúde coletiva*, Rio de Janeiro, vol.14, n.3, Maio/jun de 2009. Disponível em> [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300020). Acesso em: fev. 2014.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. *Dos pântanos á escassez: uso da água e conflito na baixada dos Goytacazes*. Rio de janeiro: Anablume, 2004.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1983.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Programa de Aquisição de Alimentos- PAA*. Resultado das ações da CONAB em 2012. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_02\\_07\\_08\\_31\\_25\\_su\\_mario\\_executivo\\_07\\_02\\_13.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_su_mario_executivo_07_02_13.pdf). Acesso em: março. 2014.

- CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar. *Componentes de Segurança Alimentar e Nutricional em um plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2004. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_Alimentar\\_II/textos\\_referencia\\_2\\_conferencia\\_seguranca\\_alimentar.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf). Acesso em: agost. 2013
- COSTA, Islândia Bezerra. Nesta terra, em se plantando tudo dá? Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. 2010. 333 F. Tese de Doutorado (Doutorado em ciências sociais), UFRN, 2010. Disponível em: [http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/8216/1/IslandiaBC\\_TESE.pdf](http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/8216/1/IslandiaBC_TESE.pdf).
- COOPERAR. Plano de desenvolvimento do assentamento Francisco Julião, 2010.
- CUNHA, Altivo R.A. de Almeida; LEMOS, Mauro Borges. Segurança Alimentar sob o prisma das políticas urbanas de abastecimento. CEDEPLAR/FACE/UFMG, nº 113, Belo Horizonte, 1997. Disponível em <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?!sisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=206912&indexSearch=ID> Acesso em: out. 2013.
- D' ÁVILA e ROVERSI. Programa de aquisição de alimentos. In: CONTI, Irio Luiz (Org). *Programa de aquisição de alimentos- Uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. Passo Fundo: IFIBE, p. 80, 2010.
- EMBRAPA- Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária. Cooperativa, Embrapa e Incra inauguram agroindústria em assentamento de reforma agrária no rio. *Embrapa (site)*, jun., 2014. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1855833/cooperativa-embrapa-e-incra-inauguram-agroindustria-em-assentamento-de-reforma-agraria-no-rio>. Acesso em: junh. 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária pesquisa e MST*. São Paulo: Ed. Cortez, Coleção Questões da nossa época, vol. 92, 2001.



- FELICIO, Munir J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e camponês. *Revista Campo- Território*, vol.1, n.2, p.14-30, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11793/8289>. Acesso em out.2012. Acesso em: abril. 2013.
- GAZOLLA, Marcio. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. 306F. Dissertação (Pós Graduação em Desenvolvimento Rural). URGs, Porto Alegre. 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. 2014.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 2ª Ed. São Paulo: Ed.Expressão Popular, 2013. 96 p.
- GRISA, Cátia, CONTERATO, Marcello Antonio. A produção para o autoconsumo no Brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social. In.: 49º Congresso da SOBER (Sociedade brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 24 a 27 de julho de 2011.
- HADDAD, Ludmila Neves. *Analizando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de Reforma Agrária*. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes. 2009. 134 F. Disponível em: [http://uenf.br/Uenf/Downloads/P\\_SOCIAIS\\_4856\\_1274135328.pdf](http://uenf.br/Uenf/Downloads/P_SOCIAIS_4856_1274135328.pdf). Acesso em: fev. 2014.
- LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, vol.45, nº3, 2007.

- MACHADO, Moisés. *Políticas de Segurança Alimentar- Belo Horizonte e Santos/SP: uma visão sobre continuidade e mudança*. 2006. 137F. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho Faculdade João Pinheiro, Belo Horizonte. 2006. Disponível em: [http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/politicas-seguran%C3%A7a-alimentar-belo-horizonte-santos-sp-uma-vis%C3%A3o-continuidade/id/49866015.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/politicas-seguran%C3%A7a-alimentar-belo-horizonte-santos-sp-uma-vis%C3%A3o-continuidade/id/49866015.html). Acesso em: set .2013
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (org). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. *Caderno “Segurança alimentar”*. Brasília: CONSEA, 2001. Disponível em: [http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias\\_Maluf\\_Menezes\\_2000\\_por.pdf](http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf). Acesso em: set. 2013.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MDA- Ministério do desenvolvimento Agrário. *O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar (cartilha)*. 2011. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>. Acesso em: mar. 2013.
- MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. *Balanço de Avaliação da execução do Programa de Aquisição de alimentos- PAA-2003 a 2010*. GRUPO GESTOR 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/saiba-mais/publicacoes/caderno-balanco-paa-2003-2010.pdf/view?searchterm=n%C2%BA>. Acesso em: fev.2014
- MDS- Ministério do desenvolvimento Social e Combate a fome. *Programa de Aquisição de alimentos PAA Renda na mesa de quem produz e comida na mesa de quem precisa!* 1ª edição, DF, Brasília, 2010. Disponível em > <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/livros/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-renda-para-quem-produz-e-comida-na-mesa-de-quem-precisa/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-2013-renda-para-quem-produz-e-comida-na-mesa-de-quem-precisa> . Acesso em: mai. 2013.

- MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectiva de reforma hoje. *Revista Nera*, ano 9, n.8. Janeiro/Junho, 2006. Disponível em> <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Miralha.PDF>. Acesso em: dez. 2012.
- NASCIMENTO, Amália L; ANDRADE, Sonia L. S. de. Segurança Alimentar e Nutricional pressupostos para uma nova cidadania?. *Ciência e Cultura*, São Paulo, vol.62, nº 4, 2010. Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S000967252010000400012](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252010000400012) . Acesso em: out. 2013.
- NORDER, Luiz Antonio Cabello. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões contextos e métodos. *Cadernos de debate*, vol. 4, 1998. Disponível em:> [http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/A\\_Construcao\\_da\\_Seguranca\\_Alimentar\\_em\\_Assentamentos\\_Rurais.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/A_Construcao_da_Seguranca_Alimentar_em_Assentamentos_Rurais.pdf). Acesso em: jan. 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur, 2007, 184p.
- \_\_\_\_\_. A Longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206. set-dez. 2001.
- PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia ao direito ao alimento – breve histórico. *Cadernos de Debates*, Campinas, vol. 11, p. 1-37, dez, 2004. Disponível em [http://www.bvsde.ops-oms.org/texcom/nutricion/texto\\_5.pd](http://www.bvsde.ops-oms.org/texcom/nutricion/texto_5.pd). Acesso em: out. 2013.
- PIRES, Murilo José de Souza. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do estado de Goiás. *Revista de Economia da UEG*. Anápolis (GO), vol. 05, nº 02, jul-dez/2009.
- REIS, Rossana, R. O direito á terra como um direito Humano: A luta pela Reforma Agrária e o Movimento de Direitos Humanos no Brasil 2012. *Lua Nova*, n. 86, pp. 89-122, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n86/a04.pdf> . Acesso agost. 2013. Acesso em: agost. 2013.

- PEDLOWSKI, Marcos A. Os limites da reforma agrária desassistida na região norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro; KURY, Karla Aguiar (org.). *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. 1ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, v. 1, p. 119-136, 2011.
- PLEIN, Clério, FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura e mercados. *Redes*, vol.16, p.98-121, 2011. Disponível em: ><http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/831.pdf> . Acesso em: junho. 2013.
- PICCIN, Marcos Botton. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. *Economia e sociedade*, Campinas, vol. 21, nº 1 (44), p. 115-141, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/05.pdf> . Acesso em: fev. 2014
- PLOEG, Jan.D. Van de. *O modo de produção camponês revisitado*. In: Schneider, Sergio (org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- SANTOS, Priscila Tavares. A água que dá vida: limites ao acesso dos recursos naturais e a construção de alternativas para reprodução social dos agricultores assentados no PA Che Guevara, RJ. In.: 4º Encontro da rede de estudos rurais, Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Política, 2010, UFPR, Curitiba. *Anais*. Curitiba, 06 a 09 de junho de 2010.
- SILVA, José Gomes da (a). *A reforma agrária no Brasil*. In: Stédile, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990*. 1ª edição, São Paulo, expressão popular, 2013.
- SILVA, Vilmar da (b). *O papel do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA- Para o fortalecimento da Agricultura familiar: O caso da Cooperativa da agricultura familiar integrada – COOPAFI - de Capanema, PR*. 2013. 208 F. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica do Paraná, Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/631>. Acesso em: agost. 2013.
- SCHNEIDER, Sergio. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

- SCHRODER, Mônica. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: Inovações institucionais a partir do PRONAF. In.: 34º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Anais... Caxambu, out. **2010**. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1538&Itemid=350](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1538&Itemid=350) . Acesso em: set. 2013.
- SOARES, Kissila Neves. O diálogo entre o rural e o urbano: Análises das trajetórias de vida e inserção no processo de Reforma agrária no norte fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ. 2009. 77 F. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.
- SDR-Secretaria de desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo- RS. *O Mercado Institucional para agricultura familiar (cartilha)*, 2011 Disponível em [http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130814144521cartilha\\_dcoop\\_digital.pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130814144521cartilha_dcoop_digital.pdf) . Acesso em: dez. 2013
- TESCHE, Rubens W., MACHADO, João, A. D. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. *Revista estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, nº36, p. 7-37, jul/dez, 2012.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. *Revista pegada*, vol.11, nº2, dez. 2010. Disponível em > <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1303/1299> Acesso em: julho. 2013
- VALNIER, Adilson, RICCI, Fabio. Programa de aquisição de alimentos (PAA): Uma Análise Comparativa nos Estados de Rondônia e Acre. *Campo e Território*, vol. 8, nº 16, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21732>. Acesso em: agost 2013.
- VIEIRA, Debora de F. Albernaz. *Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do Município de Paracatu em Minas Gerais*. 2008. 149 F. Dissertação (Mestrado em agronegócio) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em [http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/cp096757.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp096757.pdf) . Acesso julh.2012. Acesso em: agost. 2013

WANDERLEY, Maria, N. Baudel. *Raízes históricas do Campesinato Brasileiro*. In.: XX Encontro Anual ANPOCS. Caxambu, *Anais...* Caxambu, out. 1996. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899445>. Acesso em: julh. 2013.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. 2004. 149 F. Dissertação (Mestrado em Políticas sociais) Universidade Estadual do norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2004.

## ANEXO I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS ASSENTADOS

- 1- Há quanto tempo o senhor (a) é assentado no lote que ocupa atualmente?
- 2- O senhor (a) participou da organização do acampamento que originou o assentamento? Se sim, de que forma?
- 3- O senhor participa de atividades que visam fortalecer a organização coletiva dentro do assentamento? Por que?
- 4- Por que se envolveu nesse tipo de atividade?
- 5- O senhor (a) ocupa algum cargo dentro de alguma organização social dentro ou fora do assentamento? Se sim, qual ou quais?
- 6- Quais organizações de caráter coletivo existem no assentamento? Como foi o processo de implantação dessas organizações?
- 7- Em sua opinião essas organizações estão conseguindo cumprir suas finalidades? Por quê?
- 8- O senhor participa de algum tipo de esforço para articular as ações em prol da comercialização da produção com outros assentamentos aqui da região? Se sim, com quais? E com que pessoas esse esforço está sendo realizado?
- 9- Quais estratégias de produção têm sido adotadas pelos assentados para melhorar a produção agrícola no assentamento?
- 10- O poder público municipal adota algum tipo de medida para melhorar a infraestrutura deste assentamento? Se sim, qual?
- 11- Para quais estabelecimentos comerciais são vendidas a produção agrícola do assentamento?
- 12- O senhor sabe para onde vai a produção obtida neste assentamento?
- 13- Em sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens para o agricultor assentado vender a produção agrícola para o atravessador?
- 14- Em sua opinião, quais são as principais dificuldades em relação ao aumento da venda direta da produção agrícola pelos assentados deste assentamento na própria região?

- 15-Em sua opinião, qual alternativa seria adequada para comercializar a venda direta da produção agrícola dos assentados para supermercados e outros estabelecimentos comerciais tais como (por ex: hortifrutis e quitandas)?
- 16- Você conhece o Programa de Aquisição de Alimentos? Se sim, qual o papel que este programa poderia desempenhar na consolidação dos assentamentos?
- 17-Dentre as exigências para o agricultor assentado obter acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos está o requisito de possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Em sua opinião, essa medida facilita ou dificulta a participação dos assentados no PAA? Por quê?
- 18- O programa de aquisição de alimentos possui o foco no associativismo entre os agricultores. Em relação a isso, quais seriam as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados para criar ou fortalecer associações e cooperativas como forma de participar do PAA?
- 19-Você acredita que os assentados possuem condições de fornecer alimentos as instituições ligadas ao PAA nas quantidades e dentro dos prazos estipulados? Por quê?
- 20- O PAA em seus objetivos busca valorizar a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica. Em sua opinião, estas práticas agrícolas são fáceis de serem adotadas pelos assentados? Por quê?
- 21-Uma lei recentemente aprovada pela Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes regulamenta a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para uso na merenda escolar da rede municipal de ensino. Você possui conhecimento desta lei? Acredita que esta política trará benefícios aos assentados? Por quê?
- 22-Tem algo que eu não perguntei ao senhor, que julga necessário falar sobre a questão da comercialização da produção e do PAA?



## ANEXO II

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E CARDOSO MOREIRA

- 1-Desde quando o senhor (a) trabalha na secretaria municipal de agricultura (SMA)?  
Desde quando ocupa cargo de secretário?
- 2- Qual é o orçamento de 2013 da SMA?
3. Qual é o quadro de servidores (concursados e não concursados)?
- 4- Como o senhor analisa a situação dos assentamentos criados pelo INCRA no município?
- 5- A SMA vem atendendo solicitações dos pequenos agricultores assentados? Quais são as principais ações da secretaria nesse sentido?
- 6- Quais são as atuais prioridades no uso de recursos públicos destinados à melhoria na infraestrutura dos assentamentos rurais?
- 7-Como a secretaria analisa a situação dos programas federais desenvolvidos em prol dos agricultores familiares no município de Campos?
- 8- A SMA possui algum tipo de contato com as lideranças dos assentamentos localizados no município? Se sim, de que tipo?
- 9- A SMA tem algum tipo de atuação no sentido de fortalecer as associações, cooperativas nos assentamentos de reforma agrária do município? Se sim,quais?
- 10- A SMA nos últimos anos tem feito algum esforço para aumentar a venda direta da produção agrícola dos agricultores assentados? De que tipo?
- 11- A SMA tem atuado no sentido de facilitar o acesso dos produtos oriundos da agricultura familiar a grandes mercados e redes de supermercados? Se sim, como?
- 12- A SMA tem feito alguma ação para apoiar a criação de cooperativas de beneficiamento nos assentamentos do município? Como?
- 13- O senhor tem algum tipo de controle sobre quais alimentos produzidos, e em que nível de produção, pelos agricultores familiares?
- 14- O senhor tem algum controle sobre quais produtos gerados pelos assentamentos são fornecidos para entidades socioassistenciais, creches e escolas do município? Quais desses alimentos são beneficiados?

- 15- A SMA possui conhecimento sobre o que é produzido pelos agricultores familiares? Se sim, qual medida está sendo tomada pela SMA para fornecer os gêneros alimentícios desses agricultores para escolas, creches e entidades socioassistenciais?
- 16- O município de Campos participa do programa nacional de aquisição de alimentos (PNAE)? Como?
- 17- E do Programa de Aquisição de Alimentos?
- 18- Há articulação com outras secretárias para executar o PNAE e o PAA? Se sim, há a participação dos agricultores assentados? Se sim, como?
- 19-Em sua opinião, os gestores públicos das secretarias de educação, saúde, promoção e a própria SMA municipal possuem conhecimento sobre o PNAE e o PAA? Se sim, quais são os esforços para implementar o programa PAA no município em conjunto com essas secretárias?
- 20- Em que estágio está a implementação da lei que garante a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar aprovada pela câmara de vereadores em 26 de abril de 2013?
- 21- A SMA possui algum programa de fomento à produção dos assentamentos?
- 22- A SMA tem contribuído no fortalecimento dos circuitos de feiras agrícolas no município? Como?
- 23-Tem algo que eu não perguntei que o senhor julga importante falar sobre a relação da SMA com os assentamentos de reforma agrária existentes no município de Campos?

**ANEXO III**  
**FOTOS**



**Foto 1 - Demarcação de lotes no Assentamento Francisco Julião.**



**Foto2 – Assentado durante colheita do Aipim no Francisco Julião.**



**Foto 3 – Assentado em sua lavoura no Assentamento Che Guevara**



**Foto 4 - Liderança do MST na região, Renilda Ramos, em sua barraca de comercialização de produtos agrícolas.**





**Foto 5 – Barraca de assentados da região na 2ª Feira Agro-Familiar de Campos dos Goytacazes no CEPOP (Centro de Eventos Populares Osório Peixoto), 2013.**



**Foto 7 - Daniele Quilici, Coordenadora da Segurança Alimentar e Nutricional de Campos no Café com Prosa realizado no assentamento Josué de Castro e organizado pela Secretaria de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes**

**ANEXO IV**  
**QUESTIONÁRIO**

Questionário Nº \_\_\_\_\_/2013

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Assentamento: \_\_\_\_\_
2. Nome do entrevistado:  
\_\_\_\_\_
3. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
4. Idade: \_\_\_\_\_
5. Data da chegada no lote: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
6. Núcleo: \_\_\_\_\_
7. Lote: \_\_\_\_\_
8. Área: \_\_\_\_\_
9. Quantos donos este lote já teve? \_\_\_\_\_

**ASPECTOS DEMOGRÁFICOS**

10. Número de pessoas que residem no lote: \_\_\_\_\_

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Renda mensal</b>

11. O Senhor recebe ou já recebeu algum benefício Social?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL

12. Existem ações coletivas sendo implementadas para melhorar a comercialização dentro do assentamento?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

13. Sem sim, quais? Se não, o que dificulta a implementação dessas medidas?

---

---

---

14. O senhor participa efetivamente de reuniões coletivas e encontros organizados por cooperativa e/ou associação do assentamento?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/ NS

15. Se sim, de que forma? Se não, quais as causas?

---

---

16. Como o senhor avalia as ações executadas pela cooperativa e/ou associação de produtores em relação à melhoria da comercialização agrícola do assentamento?

---

---

## ASPECTOS PRODUTIVOS

17. O senhor utiliza produtos químicos na lavoura?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

Por quê?

---

---

---

---

18. Quais são os principais problemas que afetam hoje a sua vida no lote?

---

---

---

19. Como são resolvidos os problemas enfrentados no assentamento?

---

---

20. O seu lote possui solo propício às culturas cultivadas?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

21. O Senhor trabalha no sistema:

( ) 0. individual      ( ) 1. coletivo

22. Quais são os principais problemas que afetam a produção no lote?

---

---

23. Quais as principais estratégias que o senhor utiliza para superar os problemas enfrentados na produção agrícola?

---

---

24. Os assentados recebem apoio do poder público local para melhorar a produção agrícola?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/ NS

25. Se sim, de que forma?

---

---

---

26. O senhor recebe ou já recebeu assistência técnica de algum órgão em seu lote?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/ NS

27. Se sim, qual órgão concedeu assistência?



## ASPECTOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

28. O senhor está satisfeito com a forma de comercialização da sua produção? Por quê?

---

---

---

29. Quais esforços estão sendo executados com intuito de melhorar a comercialização agrícola dentro do assentamento?

---

---

---

30. Alguns dos produtos produzidos no seu lote são beneficiados?

( ) 0. Não    ( ) 1. sim    ( ) 2. NR/NS

31. Se não, o que impede?

---

---

32. O senhor acredita que houve melhorias na comercialização de seus produtos com a criação de cooperativas e/ou associação no assentamento? Explique, por favor.

---

---

33. Onde o senhor comercializa maior parte da sua produção agrícola?

( ) 0. feiras    ( ) 1. mercado municipal    ( ) 2. Venda direta/ atravessador  
( ) 3. Programas Sociais    ( ) 4. Rede de supermercado    ( ) 5. Todos os locais

34. Produção e comercialização de produtos agrícola em 2012.

Cultura	Área	Unidade de venda	Total produzido	Total vendido	Preço Médio	Local da venda	Comprador


35. Produção e comercialização de animais em 2012

Produto	Total produzido	Total comercializado	Preço Médio

36. Qual o grau de satisfação com relação a sua produção?

- ( ) 1. Muito satisfatório.
- ( ) 2. Satisfatório.
- ( ) 3. Pouco satisfatório.
- ( ) 4. Insatisfatório.

37. Por quê?

---



---



---



---

38. Recebeu algum crédito para melhorar a produção agrícola?

- ( ) 0. Não      ( ) 1. sim      ( ) 2. NR/NS

38a. Se sim, qual órgão concedeu o crédito?

---

38b. Qual o valor do financiamento que o senhor recebeu no total? \_\_\_\_\_

38c. Se não, por que o senhor não recebeu?

---



---



---

39. Qual a principal causa que impede o agricultor assentado de vender seus produtos para a rede de supermercados locais?

---

---

### **ACESSO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

40. Conhece o programa de aquisição de alimentos (PAA)?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

41. Se sim, quem o informou sobre a existência do programa?

---

---

42. Se sim, acredita que o programa poderá melhorar a sua renda mensal?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

42a. Por quê?

---

---

43. Em sua opinião, de quem é a responsabilidade de informar aos agricultores sobre a existência de programas para o fortalecimento da agricultura familiar?

---

44. O senhor tem conhecimento sobre ações da cooperativa e/ou associação do assentamento no sentido de acessar o PAA?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

45. Você possui interesse em participar do programa de aquisição de alimentos?

( ) 0. Não      ( ) 1. Sim      ( ) 2. NR/NS

46a. Por quê?

---

---

47. Você possui condições de fornecer alimentos em quantidade e qualidade dentro dos prazos estabelecidos pelo programa de aquisição de alimentos?

0. Não     1. Sim     2. NR/ NS

39. Se não, qual a principal causa para você não fornecer alimentos ao PAA?

---

---

40. Na opinião do senhor, os preços oferecidos pela produção agrícola no programa de aquisição de alimentos são atrativos?

0. Não     1. Sim     2. NR/NS

41. Para qual modalidade do programa de aquisição de alimentos são fornecidos os alimentos do assentamento?

0. Compra direta pela CONAB     1. Compra com doação simultânea

2. NR/NS

42. Com o programa de aquisição de alimentos a alimentação da sua família é mais saudável?

0. Não     1. Sim     2. NR/NS

43. Tem algo que eu não perguntei que julga necessário falar?

---

## **ANEXO V**

### **LISTA DE ENTREVISTADOS**

#### **Assentados**

- Alcimaro Martins, assentado do Assentamento Zumbi dos Palmares e agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- Adail Santos, assentado do Assentamento Francisco Julião, presidente da Associação de Produtores.
- Davi Barbosa Barbosa, assentado do Assentamento Che Guevara, presidente da Associação de Produtores do Che Guevara.
- Renilda Ramos, assentada do Assentamento Francisco Julião, membro da direção regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
- Hermes Cipriano Cipriano, assentado do Assentamento Antônio de Faria, membro do setor de produção da Cooperativa Regional dos Assentados de Campelo.

#### **Representantes do Poder Público Municipal**

- Daniele Quilici, Coordenadora do Setor de Segurança e Alimentação Nutricional (SAN) da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social de Campos dos Goytacazes.
- João da Rocha Corrêa, técnico da EMATER de Campos dos Goytacazes
- Rondinelli Givigi, Secretário municipal de Agricultura de Cardoso Moreira.